UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

VALDENICE PORTELA SILVA

UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL DA LEI DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE MATERIAL E NEUTRALIZAÇÃO DOS EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO ENSINO SUPERIOR

São Cristóvão/SE

2025

VALDENICE PORTELA SILVA

UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL DA LEI DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE MATERIAL E NEUTRALIZAÇÃO DOS EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO ENSINO SUPERIOR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Área de Concentração:

Processos Sociais e Relações Intergrupais

Orientador: Dr. Diogo Conque Seco Ferreira

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2025

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586a

Silva, Valdenice Portela
Uma análise comportamental da lei de proteção e promoção da igualdade material e neutralização dos efeitos da discriminação racial no ensino superior / Valdenice Portela Silva ; orientador Diogo Conque Seco Ferreira. – São Cristóvão, SE, 2025.
167 f.; il.

Tese (doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Psicologia. 2. Behaviorismo (Psicologia). 3. Discriminação racial. 4. Avaliação de comportamento. 5. Programas de ação afirmativa. 6. Sistema de cotas – Brasil. 7. Ensino superior – Brasil. I. Ferreira, Diogo Conque Seco, orient. II. Título.

CDU 159.9:316.647.82

PPGPSI
Programa de Pós-graduação em Psicologia
UFS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO

Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e vinte cinco, reuniram-se por Vídeoconferência os professores membros da Comissão Examinadora Prof. Dr. Diogo Conque Seco Ferreira (Presidente), Profa. Dra. Sandra Raquel Santos de Oliveira (Membro Interno - UFS), Prof. Dr. Jonathan Melo de Oliveira (Membro Externo - Centro Universitário Facunicamps e Centro Universitário UniAraguaia), Profa. Dra. Patrícia da Silva (Membro Externo - Universidade Federal do Acre, UFAC), Profa. Dra. Maria Do Socorro Sales Mariano (Membro Externo - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, UNIFESSPA) e Profa. Dra. Eleonora Vaccarezza Santos (Membro Externo - Universidade Federal da Bahia, UFBA), para avaliar o trabalho intitulado: "UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL DA LEI DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO À IGUALDADE MATERIAL E NEUTRALIZAÇÃO DOS EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO ENSINO SUPERIOR" da doutoranda Valdenice Portela Silva. O orientador, assumindo os trabalhos na qualidade de presidente, passou a palavra a candidata, para que ela expusesse sua tese, informando que a mesma dispunha de 30 (trinta) minutos para a apresentação, que cada examinador iria dispor de 30 (trinta) minutos para fazer argüições e que a candidata gozaria de 20 (vinte) minutos para responder aos questionamentos. Terminada a exposição da candidata, o presidente passou a palavra aos membros da Comissão Julgadora, que iniciaram a argüição. Terminada a argüição, a candidata retirou-se do auditório para que os membros da Comissão Julgadora atribuíssem-lhe as notas. Logo em seguida, o presidente anunciou que a candidata foi considerada **APROVADA** a partir da avaliação pelos dos membros da Comissão Julgadora. O presidente proclamou a candidata **DOUTORA EM PSICOLOGIA**, devendo este resultado ser homologado pela Comissão da Coordenação de Pós-Graduação. Em seguida, o presidente agradeceu aos membros da Comissão Julgadora e aos presentes e encerrou a sessão. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata que vai assinada pelos membros da Comissão Julgadora.

20 de janeiro de 2025.

PPGPSI
Programa de Pós-graduação em Psicologia

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Documento assinado digitalmente
gov.br
DIOGO CONQUE SECO FERREIRA
Data: 03/02/2025 11:41:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Prof. Dr. Diogo Conque Seco Ferreira
(Presidente - UFS)

Documento assinado digitalmente
gov.br
SANDRA RAQUEL SANTOS DE OLIVEIRA
Data: 13/02/2025 10:54:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Profa. Dra. Sandra Raquel Santos de Oliveira (Membro Interno -UFS)

Documento assinado digitalmente
gov.br
PATRICIA DA SILVA
Data: 03/02/2025 21:15:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Profa. Dra. Patrícia da Silva
(Membro Externo- UFAC)

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARIA DO SOCORRO SALES MARIANO
Data: 04/02/2025 17:37:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Profa. Dra. Maria Do Socorro Sales Mariano
(Membro Externo - UNIFESSPA)

Documento assinado digitalmente
gov.br
ELEONORA VACCAREZZA SANTOS
Data: 04/02/2025 13:59:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Profa. Dra. Eleonora Vaccarezza Santos
(Membro Externo - UFBA)

Documento assinado digitalmente
gov.br
JONATHAN MELO DE OLIVEIRA
Data: 03/02/2025 11:38:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Prof. Dr. Jonathan Melo de Oliveira
(Membro Externo - Centro Universitário Facunicamps/ Centro Universitário UniAraguaia)

(79) 3194 6784

ppgpsi.ufs@gmail.com
ppgpsi@academico.ufs.br

Universidade Federal de Sergipe
Rosa Elze, São Cristóvão - SE

Dedicatória

Dedico este trabalho a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte da minha trajetória acadêmica e pessoal. À minha família, que sempre me apoiou e acreditou em meu potencial, fornecendo o amor e a motivação necessários para que eu pudesse seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Diogo Conque Seco Ferreira, por aceitar me acompanhar nesta jornada e por ter compartilhado seus conhecimentos e experiência, oferecendo sempre valiosos conselhos e orientações para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus amigos, em especial, ao meu amigo Cleber de Oliveira Santana, que perdi para a pandemia de COVID-19 durante o doutorado, pela companhia, pela paciência e pelas inúmeras conversas que me ajudaram a manter a clareza de pensamento e a confiança em meu trabalho.

A todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para que esta tese fosse concluída, o meu mais sincero agradecimento.

Agradecimentos

A conclusão deste doutorado não seria possível sem o apoio e a contribuição de muitas pessoas que, de diferentes maneiras, estiveram ao meu lado ao longo dessa jornada. A todos, meu mais sincero agradecimento.

Primeiramente, gostaria de expressar minha imensa gratidão a meu orientador, Prof. Dr. Diogo Conque Seco Ferreira, por sua orientação, paciência e sabedoria durante todo o desenvolvimento deste trabalho. Seu apoio constante, suas críticas construtivas e sua disposição em compartilhar seu vasto conhecimento foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

Agradeço também aos membros da minha banca de defesa, Profa. Dra. Sandra Raquel Santos de Oliveira (membro interno), Prof. Dr. Jonathan Melo de Oliveira, Profa. Dra. Patrícia da Silva, Profa. Dra. Maria Do Socorro Sales Mariano e a Profa. Dra. Eleonora Vaccarezza Santos, por suas contribuições valiosas, que enriqueceram esta pesquisa e a tornaram mais robusta. Suas sugestões foram fundamentais para o aprimoramento deste trabalho.

Sou imensamente grata à minha família, que sempre esteve ao meu lado, me oferecendo amor incondicional, apoio emocional e incentivo em todas as fases desta jornada. Aos meus pais, Maria Tereza Portela Silva e Valdemi José da Silva, por acreditarem em mim e me proporcionarem as melhores condições para que eu pudesse seguir os meus sonhos. A mim, Valdenice Portela Silva, por mesmo diante dos desafios, não ter desistido, ter acreditado em mim e tido paciência para lidar com os eventos contextuais que surgiram ao longo deste processo.

Aos meus amigos, em especial Cleber de Oliveira Santana, que estiveram ao meu lado, oferecendo apoio moral, palavras de encorajamento e momentos de descontração. A amizade de vocês foi essencial para a minha saúde mental e para que eu pudesse manter o equilíbrio durante toda essa caminhada.

Agradeço aos colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação de Psicologia (PPGPSI), pela colaboração, amizade e pela ajuda em diferentes momentos do desenvolvimento deste projeto. Também quero reconhecer o suporte financeiro de Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC), que viabilizou a realização desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Cada um de vocês fez a diferença, e eu sou eternamente grata.

Resumo

A tese consiste na interpretação dos efeitos comportamentais da Lei n.º 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais brasileiras. O método adotado para analisar a lei em questão foi o analítico descritivo documental, por meio do qual, foi feito o mapeamento dos processos comportamentais do processo legislativo do código de lei e o levantamento dos eventos contextuais antecedentes e consequentes à criação da lei. Para o estudo do macrossistema acadêmico, aplica-se a análise de sistemas comportamentais, que equivale à sobreposição da análise do comportamento à teoria dos sistemas. A tese está estruturada em quatro capítulos. O capítulo 1 trata-se de uma revisão integrativa de estudos não experimentais de práticas culturais, com o objetivo de investigar seu processo histórico no período de 1987-2020, utilizando as bases de dados do portal CAPES e alguns dos principais periódicos da análise do comportamento. Entre os resultados, destaca-se uma tendência crescente desses estudos, em especial, daqueles focados em Produtos Agregados (PAs), como os estudos de leis. O Capítulo 2 trata-se de um ensaio que propõe uma aproximação entre a psicologia social e o behaviorismo radical, via uma análise comparativa entre os níveis de análise psicossociais de Willem Doise e os níveis da seleção por consequência de Burrhus Frederic Skinner (1985). Neste estudo, observa-se uma aproximação entre o terceiro nível de análise sugerido por Skinner (1985), o sociocultural, e o sugerido por Doise (1985), o posicional, o que abre uma investigação de fenômenos sociais pela perspectiva interdisciplinar no campo da psicologia. O Capítulo 3 apresenta um tutorial sobre como analisar políticas públicas por meio da análise de sistemas comportamentais e da análise sistemática de leis utilizada nos estudos de João Cláudio Todorov. Como resultado, o tutorial propõe a avaliação de políticas públicas pela análise comportamental de códigos de lei com base nos eventos contextuais (antecedentes e consequentes) da criação da lei avaliada com a utilização de uma abordagem histórica. No caso de códigos curtos de leis, sugere-se o uso de uma perspectiva sistêmica, com o mapeamento dos eventos contextuais, devido à dificuldade

de identificação de Contingências Comportamentais Entrelaçadas (CCEs) no código de lei. O Capítulo 4 consiste na parte prática da tese, na qual apresenta-se uma avaliação dos efeitos comportamentais da Lei n.º 12.711/2012. Tal capítulo está dividido em duas partes: a primeira é a análise descritiva documental da Lei de Cotas e dos instrumentos normativos correlatos (antecedentes e consequentes) à lei, com o mapeamento dos eventos contextuais relacionados ao processo legislativo do seu código. A segunda corresponde ao mapeamento dos processos comportamentais do macrossistema que abarca a lei em questão, por meio da análise de sistemas comportamentais. A tese defende, portanto, a sobreposição de teorias e métodos da psicologia (comportamental) na avaliação de políticas públicas sob uma perspectiva interdisciplinar, em um campo de estudo predominado pela ciência política e pelas ciências sociais aplicadas.

Palavras-chave: Behaviorismo radical, análise de sistemas comportamentais, práticas culturais, política de ações afirmativas, lei de cotas.

A Behavioral Analysis of the Law for Protection and Promotion of Material Equality and Neutralization of the Effects of Racial Discrimination in Higher Education.

Abstract

The thesis consists of an interpretation of the behavioral effects of Law 12,711/2012, which regulates admission to Brazilian federal universities. The method adopted to investigate this law was descriptive documentary analysis, through which the behavioral aspects of the legislative process were mapped and the contextual events preceding and succeeding enactment of the law were surveyed. To study the academic macrosystem, the analysis of behavioral systems was applied, which is equivalent to the overlapping of behavioral analysis with systems theory. The thesis is structured in four chapters. Chapter 1 is an integrative review of non-experimental studies of cultural practices, with the objective of investigating their historical process in the 1987-2020 period, using the databases of the CAPES portal and some of the main behavior analysis journals. Among the results, a growing trend of these studies stands out, especially those focused on Aggregate Products (APs), such as studies of laws. Chapter 2 is an essay that proposes an approximation between social psychology and radical behaviorism, through comparative analysis between Willem Doise's psychosocial levels of analysis and Burrhus Frederic Skinner's (1985) levels of selection by consequence. In this study, an approximation is observed between the third level of analysis suggested by Skinner (1985), the sociocultural, and that suggested by Doise (1985), the positional, which opens an investigation of social phenomena from an interdisciplinary perspective in the field of psychology. Chapter 3 presents a tutorial on how to analyze public policies through the analysis of behavioral systems and the systematic analysis of laws used in

the studies of João Cláudio Todorov. The tutorial proposes the evaluation of public policies through the behavioral analysis of law codes based on the contextual events (antecedents and consequences) of the creation of the law evaluated using a historical approach. In the case of short law codes, the suggestion is to use a systemic perspective, with the mapping of contextual events, due to the difficulty of identifying Intertwined Behavioral Contingencies (IBCs) in law codes. Chapter 4 consists of the practical part of the thesis, in which an evaluation of the behavioral effects of Law 12.711/2012 is presented. This chapter is divided into two parts: the first is the descriptive documentary analysis of quota laws and the related normative instruments (antecedents and consequences), including the mapping of contextual events related to the legislative process. The second consists of the mapping of the behavioral processes of the macrosystem that encompasses the law in question, through the analysis of behavioral systems. Therefore, the thesis defends the overlapping of theories and methods of (behavioral) psychology in the evaluation of public policies from an interdisciplinary perspective, in a field of study predominated by political science and applied social sciences.

Keywords: Behavioral analysis, behavior systems analysis, law codes, public policies.

Lista de tabela

Tabela 1 - Estratégias de Pesquisa mais Frequentes nos Estudos de Produtos Agregados (PAs) 35

Tabela 2 – Siglas e suas Especificações 129

Lista de Figuras

Figura 1 – Estudos não Experimentais de Práticas Culturais Publicados entre 1987 e Março de 2020 27

Figura 2 – Os Quatro Níveis de Análise Psicossociais por Willem Doise (1980) 58

Figura 3 – Níveis de Análise Psicossociais de Willem Doise e Níveis de Seleção por Consequência de Burrhus Frederic Skinner 60

Figura 4 – Abordagens Aplicadas à Análise Comportamental de um Código de Lei 81

Figura 5 – Instrumentos Normativos Correlatos (antecedentes e consequentes) à Lei 12.711/2012 e os Eventos Contextuais 109

Figura 6 – Dimensões Relacionadas à Complexidade do Macrossistema Acadêmico 110

Figura 7 – A Lei de Cotas e o Macrossistema Acadêmico. 115

Figura 8 – Passo a Passo do Processo Legislativo Brasileiro 119

Figura 9 – A Terceira Dimensão de um Macrossistema Acadêmico 121

Figura 10 – Os Processos Comportamentais de uma Instituição Federal do Ensino Superior (Ifes) 129

Lista de Siglas e Abreviaturas

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior
CEMDI	Coordenação de Estudos e Monitoramento de Dados Institucionais
CCV	Comissão de Cursos e Vestibulares
CCES	Contingências Comportamentais Entrelaçadas
ICERD	Convenção Internacional sobre s Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
DD	Declaração de Durban
DAA	Departamento de Administração Acadêmico
FNB	Frente Negra Brasileira
GEMMA	Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais do Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MED	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAs	Produtos Agregados
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PROEST	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
SINAES	Sistema de Avaliação da Educação Superior
SIDI	Superintendência de Indicadores de Desempenho Institucional

Sumário

Resumo 8

Capítulo 1 – A Análise do Comportamento e os Estudos não Experimentais de Práticas Culturais 18

Resumo 18

Abstract 19

Introdução 20

Método 24

Material 24

Coleta de Dados 24

Organização e Classificação dos Dados 25

Resultados 25

Estudos com Foco no Comportamento dos Indivíduos em Contexto Social 27

Estudos com Foco em Produtos Agregados (PAs) 31

Discussão 37

Capítulo 2 – A Análise de Fenômenos Sociais pela Perspectiva Interdisciplinar 41

Resumo 41

Absctract 42

Introdução 43

Níveis de Seleção por Consequência 47

Níveis de Análise Psicossociais 51

O que nos Distancia nos Aproxima 57

Considerações Finais 61

Capítulo 3 – Uma Proposta de Avaliação de Políticas Públicas sob a Perspectiva das Ciências Comportamentais 64

Resumo 64

Abstract 65

Introdução 66

Estado, Agências de Controle e a Lei 68

Avaliação de Políticas Públicas consoante à Perspectiva da Ciência do Comportamento 74

Analisando as contingências comportamentais de instrumentos normativos 78

Análise Descritiva Documental 79

Análise de Sistemas Comportamentais 82

Considerações Finais 85

Capítulo 4 – Uma Análise de Medidas Especiais de Combate à Discriminação Racial e de Promoção da Igualdade Social no Ensino Superior sob a Perspectiva Comportamental 88

Resumo 88

Abstract 89

Introdução 90

Método 94

Material Analisado 95

Procedimentos e Instrumentos de Análise 95

Resultados e Discussão 98

A Lei N.º 12.711/2012 sob a Perspectiva da Análise de Sistemas Comportamentais 103

O Macrossistema 104

Processos Comportamentais 111

A Lei de Cotas e o *Design* 123

Recomendações Gerais 131

Considerações Finais 135

Epílogo 139

Referências 146

Apresentação

A discriminação racial consiste em um mecanismo de práticas racistas, cujos efeitos cumulativos limitam a mobilidade social dos negros e perpetua a estratificação racial em vários setores da sociedade. No mercado de trabalho, a discriminação ocorre por meio da divisão racial do trabalho, do desemprego desigual entre os grupos raciais, do diferencial de trabalho entre trabalhadores negros e brancos e da reprodução (física e intelectual) precária da força de trabalho negra (Hasenbalg, 2005).

Já a desigualdade é entendida como o oposto da igualdade e está atrelada à discussão dos direitos à diferença. Sabe-se que as sociedades ditas democráticas são constituídas por grupos minoritários que reclamam para si uma nova forma de discriminação, considerada positiva. Esses grupos não lutam apenas pela igualdade social, mas também pelo convívio baseado nas diferenças. Assim, a ideia de desigualdade está associada à de diferença – a noção de pessoa ou unidade absolutamente singular. A ideia de igualdade de oportunidades, que contribui para o surgimento de políticas de justiça social, portanto, atua confrontando certos traços das liberdades individuais ou da promoção do nivelamento das necessidades humanas (Carone et al., 2009).

A ação afirmativa, surge nos Estados Unidos, na década de 1960, como medida especial de proteção para promover igualdade material e neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, idade, origem nacional e compleição física. Uma das metas das ações afirmativas consiste em implantar maior “representatividade” dos grupos minoritários nos mais diversos domínios de atividade pública ou privada, tais como em posições de mando e prestígio no mercado de trabalho em que determinados grupos são sub-representados. Entre as convenções e recomendações da Organizacional Internacional do Trabalho (OIT) que contribuíram para a implantação dessas “medidas protetivas” no século

XX e XXI, em nível mundial, encontra-se a Convenção 111, cujo Decreto Legislativo de n.º 104 foi aprovado em 24 de novembro de 1964 (Portela el al., 2019).

No Brasil, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e instituições federais do ensino técnico de nível médio e dá outras providências, embora pareça ter proporcionado à população negra, nos últimos 10 anos, um maior acesso ao sistema de ensino superior brasileiro com um aumentado no nível de escolaridade de pardos e pretos após sua aplicação (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019), esses ainda têm dificuldade em converter seus ganhos escolares em capital econômico. Em 2018, a população negra (pardos e pretos) correspondia a 57,7 milhões de pessoas, ou seja, 25,2% a mais do que a população de cor ou raça branca que totalizava 46,1 milhões. No mesmo ano, em relação à população desocupada e a população subutilizada, as pessoas pardas e pretas estavam substancialmente mais representadas – elas formam cerca de 2/3 dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho brasileira (IBGE, 2018).

Tendo em vista o paradoxo entre elevação no nível de escolaridade e a alta taxa de desocupação da população negra no mercado de trabalho, que compromete a efetividade de políticas de ações afirmativas, como a Lei n.º 12.711/2012, surge a seguinte pergunta: como interpretar, comportamentalmente, os impactos das estruturas sociais, políticas e culturais sobre as políticas públicas, que influenciam sua eficácia? Em outras palavras, até que ponto a atuação dos agentes sociais que compõem movimentos sociais, como os movimentos negros, é preponderante para formulação de políticas públicas de ações afirmativas, como a Lei n.º 12.711/2012, influenciando a tomada de decisão de parlamentares no processo legislativo de um código de lei?

Para o termo “processo legislativo” há duas perspectivas*:* a jurídica e a sociológica. Segundo a perspectiva jurídica, o processo legislativo é uma espécie de Direito Processual ao

qual cabe regulamentar a criação de normas, ao passo que para a perspectiva sociológica o processo legislativo corresponde a fatores que conduzem o comportamento do legislativo na execução da função legislativa, como acordos partidários, opinião pública, crises sociais, pressão de grupos organizados, *lobbying*, troca de votos entre os parlamentares, dentre outros. Neste estudo, adota-se a perspectiva sociológica (Carvalho & Todorov, 2016).

Com base na pergunta de pesquisa, é proposta uma avaliação da Lei n.º 12.711/2012 sob a perspectiva comportamental aplicando a análise sistemática de leis, criada por João Cláudio Todorov nos seus estudos de códigos de lei, e a análise de sistemas comportamentais, visando identificar as lacunas existentes na lei em questão e propor ajustes que assegurem medidas especiais de promoção da igualdade material e neutralizem os efeitos da discriminação racial.

Com base numa abordagem histórica, a princípio, é feita a análise descritiva documental da Lei n.º 12.711/2012 e dos códigos de leis correlatos (antecedentes e consequentes). Pela qual, é realizado um levantamento dos eventos contextuais responsáveis pela criação desse código de lei e um estudo acerca do macrossistema acadêmico que a abarca, de acordo com a análise de sistemas comportamentais – sobreposição da análise do comportamento à teoria dos sistemas.

A tese está estruturada em quatro capítulos "independentes", de modo que os dois primeiros já foram submetidos à publicação e se encontram em processo de revisão. O Capítulo 1 consiste em uma revisão integrativa de estudos não experimentais sobre práticas culturais sob a perspectiva comportamental para identificar o processo histórico desses em relação à aplicação dos princípios da análise do comportamento na investigação de fenômenos sociais. O período escolhido para o levantamento dos dados foi de 1987-2020. As bases de dados consultadas foram o portal CAPES e alguns dos principais periódicos de análise do comportamento, por exemplo, o *Behavior Social Issues*. Na seleção dos estudos,

foram considerados os seguintes aspectos: o objeto de estudo (práticas culturais), o uso de metodologias não experimentais e a classificação da pesquisa (qualitativa e/ou quantitativa).

Os dados coletados foram organizados e distribuídos em dois grupos: estudos com foco no comportamento dos indivíduos em contexto social e com foco em Produtos Agregados (PAs). Do universo de 223 estudos identificados, 24 estudos foram selecionados, nestes houve uma tendência de crescimento do número de publicações no período de 2012 a 2019. A maioria dos estudos, em especial os de PAs, adota a perspectiva disciplinar, e uma pequena parte dos estudos, com foco no comportamento dos indivíduos em contexto social, adota a perspectiva interdisciplinar. O método adotado por 90% dos estudos foi o analítico-descritivo e a análise funcional do comportamento com delineamento do tipo correlacional, baseada em fontes de informação multifuncionais e métodos múltiplos (entrevistas, diários de campo, questionários e *cinephor*).

Os estudos não experimentais sobre práticas culturais, em especial, aqueles centrados em PAs, como as explorações de códigos de leis, são relevantes, porque a análise sistemática de leis no campo da análise do comportamento tem colaborado para o desenvolvimento da avaliação de políticas públicas, um campo de estudo ocupado, tradicionalmente, pela ciência política. Em virtude de tal relevância, propomos, no Capítulo 2, um estudo sobre uma possível intersecção entre a análise do comportamento (o behaviorismo radical) e a psicologia social (psicológica, sociológica e crítica), mais especificamente, entre os níveis de análise apresentados por Burrhus Frederic Skinner (1948, 2005) e Willem Doise (1980), visando averiguar como a articulação entre esses níveis de análise pode ser útil para avaliação da eficácia de políticas públicas, em particular, as ações afirmativas. Por isso, é apresentado um estudo analítico-descritivo e comparativo entre os níveis de análise por consequência de Skinner (1981, 2007), da análise do comportamento, e os níveis de análise psicossociais de Doise (1980), da psicologia social.

O Capítulo 3 corresponde a um tutorial que recomenda a avaliação de políticas públicas com base em instrumentos normativos, como códigos de leis, via a análise de sistemas comportamentais, a integração da análise do comportamento e da teoria dos sistemas, utilizando-se da análise descritiva documental, procedimento aplicado nos estudos de códigos de lei de João Cláudio Todorov. Nesse capítulo, inicia-se a discussão pelo conceito de políticas públicas empregado pelas ciências comportamentais, na sequência, descreve-se o método adotado, as lacunas deste e a aplicabilidade da ferramenta *Total Performance System* (TPS) na análise do macrossistema que abarca o principal código de lei. Como resultado, sugere-se que a avaliação de políticas públicas por meio de códigos de lei inicie pelo levantamento dos eventos contextuais (antecedentes e consequentes) da criação dessa lei , com base numa abordagem histórica, sendo que, a depender do tipo de código de lei (curto ou longo), é imprescindível o uso de uma perspectiva sistêmica, devido à dificuldade de identificar contingências comportamentais incompletas para complementá-las com leis correlatas a um código de lei do tipo curto, como a Lei n.º 12.711/2012.

O Capítulo 4, o último da tese, consiste na avaliação da política de ação afirmativa, conhecida como sistema de cotas, via a análise descritiva documental da Lei n.º 12.711/2012. Inicialmente, mostra-se a análise descritiva documental da lei e de seus instrumentos normativos correlatos (antecedentes e consequentes), com o mapeamento dos eventos contextuais relacionados ao processo legislativo do código de lei. Subsequentemente, discute-se a análise de sistemas comportamentais, que consiste no mapeamento dos processos comportamentais do macrossistema que abarca a lei em questão, por meio da análise do TPS e do conceito de *design cultural*, que concerne ao conteúdo e à estrutura da política para compreender como interagem entre si. O capítulo enfatiza a importância da combinação de teorias e métodos da psicologia (comportamental) para avaliar políticas públicas por uma

perspectiva interdisciplinar numa área de estudo predominada pela ciência política e as ciências sociais aplicadas.

Capítulo 1 – A Análise do Comportamento e os Estudos não Experimentais de Práticas Culturais

Resumo

Este artigo consiste numa revisão integrativa de estudos não experimentais sobre práticas culturais no campo da análise do comportamento, com o objetivo de identificar o processo histórico dos estudos em relação à aplicação dos princípios da análise do comportamento na investigação de fenômenos sociais. O período escolhido para o levantamento dos dados foi desde o ano de 1987 até o primeiro trimestre de 2020. As bases de dados consultadas foram o portal CAPES e alguns dos principais periódicos de análise do comportamento. Na seleção dos estudos, foram considerados os seguintes aspectos: o objeto de estudo (práticas culturais), o uso de metodologias não experimentais e a classificação da pesquisa (qualitativa e/ou quantitativa). O método adotado por 90% dos estudos foi o analítico-descritivo e a análise funcional do comportamento com delineamento do tipo correlacional, baseada em fontes de informação multifuncionais e métodos múltiplos (entrevistas, diários de campo, questionários e *cinephor*). Do universo de 223 estudos identificados, 24 deles foram selecionados, nestes, verifica-se a tendência de crescimento no número de publicações no período de 2012 a 2019. A maioria dos estudos, em especial os de Produtos Agregados (PAs), adota a perspectiva disciplinar, e uma pequena parte dos estudos, cujo foco é o comportamento dos indivíduos em contexto social, adota a perspectiva interdisciplinar. Apesar de estudos centrados em PAs adotarem a perspectiva disciplinar, infere-se que a sua metodologia, baseada na análise sistemática de leis, pode ser bastante valiosa para o desenvolvimento teórico e técnico dos estudos sobre políticas públicas.

Palavras-chave: Behaviorismo radical, análise do comportamento, práticas culturais, estudos não experimentais.

Behavior Analysis and Non-experimental Studies of Cultural Practices

Abstract

This article consists of an integrative review of non-experimental studies of cultural practices in behavior analysis, which aims to identify their evolutionary process about applying the principles of behavior analysis in the investigation of social phenomena. The period chosen for data collection was from 1987 to the first quarter of 2020. The databases consulted were the CAPES portal and some of the main behavior analysis journals. In the selection of studies, the following aspects were considered: the object of study (cultural practices), the use of non-experimental methodologies and the classification of the research (qualitative and/or quantitative). The method adopted by 90% of the studies was the analytical-descriptive and the functional analysis of behavior with a correlational design, based on multifunctional sources of information and multiple methods (interviews, field diaries, questionnaires and cinephor). Of the 223 studies identified, 24 were selected, showing a growth trend from 2012 to 2019. Most studies, especially those on aggregated products, adopt a disciplinary perspective, and a small number of studies, focusing on the behavior of individuals in a social context, adopt an interdisciplinary perspective. Although studies focusing on aggregated products adopt a disciplinary perspective, it can be inferred that their methodology, based on the systematic analysis of laws, can be quite valuable for the theoretical and technical development of public policy studies.

Keywords: Radical behaviorism, behavior analysis, cultural practices, non-experimental studies.

Introdução

O comportamento de um organismo deve ser investigado por meio de uma análise funcional, que considera a relação entre o organismo e o ambiente como uma interação sistêmica moldada por circunstâncias contextuais. As causas do comportamento ou variáveis independentes precisam ser descritas em termos físicos, em conformidade com o princípio de Skinner de que "os eventos que afetam um organismo devem ser passíveis de descrição na linguagem da ciência física" (Skinner, 1953, 2003, p. 39). No entanto, como essas causas frequentemente envolvem forças sociais e influências culturais de alta complexidade, é necessário identificar o nível de análise mais apropriado para compreender as relações funcionais que regem o comportamento nessas situações.

É em *Walden Two* que Skinner (1948, 2005) começa a usar leis e conceitos da análise experimental do comportamento para interpretar fenômenos sociais, sugerindo que princípios, até então empregados pela análise experimental do comportamento, podem ser aplicados à análise do comportamento social, de modo que a transição do conceito do comportamento do organismo para o social, de uma análise focada no comportamento dos indivíduos para investigação de fenômenos sociais, implica a extrapolação do simples para o complexo e aponta para uma análise comportamental da cultura, que terá práticas culturais como objeto de estudo.

A análise do comportamento da cultura amplia seu objeto de estudo em 1986, quando Sigrid Glenn, ao publicar o artigo *Metacontingencies in Walden Two*, introduz o conceito de metacontingência nos estudos analíticos comportamentais de práticas culturais — fenômenos sociais cujas variações comportamentais no repertório de indivíduos serão selecionadas por meio de contingências seletivas operando sobre o grupo de indivíduos (Todorov et al., 2005). Se o comportamento social é resultado da ação de pessoas em conjunto, e os comportamentos dessas pessoas podem ser analisados em termos de seus antecedentes e consequentes, há

fundamento na proposta de Skinner (1948, 2005) de que os princípios da análise experimental do comportamento podem ser também aplicados no estudo de fenômenos sociais.

Os comportamentos dos indivíduos fornecem estímulos discriminativos e reforço, de maneira recíproca, ao comportamento de seus pares. As contingências entrelaçadas que envolvem, pelo menos, duas pessoas resultam em Produtos Agregados (PAs) (Carvalho & Todorov, 2016; Glenn, 2010), os quais, por sua vez, podem levar a uma consequência cultural. Por exemplo, um código de lei voltado a estabelecer os direitos de crianças e de adolescentes descreve contingências entrelaçadas de diversos segmentos da sociedade para essa finalidade, não apenas constitui um PA, mas também pode apresentar como consequência cultural, a longo prazo, a prática cultural de proteção integral das crianças e adolescentes (Todorov et al., 2005). Nesse sentido, uma prática cultural é composta, em suas diversas variações, de contingências comportamentais entrelaçadas, geradas por muitos indivíduos.

Na revisão de literatura de Martins e Lustosa Leite (2016), são catalogados estudos experimentais que usaram os conceitos de metacontingências e/ou macrocontingências, a fim de avaliar o desenvolvimento das principais manipulações experimentais e de identificar as contribuições para a área, conforme os objetivos das pesquisas. São listados 54, incluindo análises de artigos, de teses de doutorado, de dissertações de mestrado e de trabalhos de conclusão de curso. Os critérios para a escolha dos trabalhos são a vinculação do primeiro autor a uma instituição de ensino brasileira e a publicação entre janeiro de 2004 e março de 2015 em revistas nacionais e internacionais. O estudo constata que a maior parte das publicações usou a metacontingência, em maior número, as dissertações de mestrado, depois, os artigos. Revisões de literatura como essa contribuem na obtenção de um panorama dos estudos acerca de determinada área quanto aos procedimentos utilizados e resultados acumulados.

Albuquerque et al. (2021) também revisam a literatura brasileira sobre a análise do comportamento de fenômenos socioculturais, com ênfase específica nos estudos experimentais que utilizam metacontingências e macrocontingências como unidades de análise, explorando a produtividade acadêmica dos programas de pós-graduação em psicologia no Brasil, destacando a formação de novos pesquisadores e a contribuição desses programas para o desenvolvimento do conhecimento na área de análise do comportamento da cultura entre 2015 e 2020.

Os autores identificam e categorizam um total de 299 dissertações de mestrado, 106 teses de doutorado e 150 artigos, resultando em uma amostra final de 102 teses, 29 dissertações e 97 artigos após a exclusão de duplicatas e a análise de relevância. As publicações foram classificadas em três categorias: estudos básicos, teóricos e aplicados. Os estudos básicos focaram na descoberta de relações entre eventos, enquanto os teóricos abordaram questões conceituais e filosóficas. A revisão constata que a pesquisa na área tem se diversificado, incorporando diferentes abordagens e metodologias, o que enriquece o entendimento sobre a interação entre comportamento e cultura.

Os estudos experimentais de fenômenos culturais podem ser definidos como a reprodução, em laboratório, de uma microssociedade, cujas tradições podem ser transmitidas de geração a geração, possibilitando, assim, a análise de vários aspectos envolvidos na transmissão cultural. Nesses estudos, há, inicialmente, dois polos de investigação: 1) os efeitos da manipulação de consequências que retroagem individualmente e diretamente sobre o comportamento dos integrantes dos grupos; e 2) os efeitos da manipulação de consequências que retroagem sobre o grupo na totalidade e não diretamente sobre o comportamento de cada participante (Baia et al., 2013). O laboratório apresenta algumas vantagens, uma delas é propiciar o controle de variáveis de modo mais preciso, ao possibilitar

que variáveis críticas para a transmissão cultural sejam controladas e que a evolução de microssociedade seja observada rapidamente em curto espaço de tempo (Baia et al., 2013).

A diferença entre o método experimental e não experimental na pesquisa está na manipulação de variáveis (Cozby, 2003). O método experimental manipula a variável independente para observar seu efeito sobre uma variável independente, o que permite estabelecer relações de causa e efeito e um maior controle sobre as condições do estudo, já que minimiza a influência das variáveis externas. No método não experimental, as relações entre as variáveis são investigadas por meio de observações ou mediações sem o controle de variáveis, o pesquisador observa como as variáveis se relacionam naturalmente sem interferir nelas.

É o caso dos estudos de práticas culturais, com foco em PAs, como os códigos de leis, analisados sob a perspectiva comportamental como instrumentos de controle que descrevem contingências, especificando comportamentos individuais e suas consequências. O pesquisador, ao adotar o método não experimental, se depara com diversas variáveis que podem demandar dele diferentes níveis de análise e uma perspectiva interdisciplinar.

Considerando os aspectos apresentados acerca do método não experimental e da falta de revisões de literatura que investigam a aplicação desse método sob a perspectiva comportamental na investigação de fenômenos sociais, propõe-se uma revisão integrativa de estudos não experimentais de práticas culturais por meio da análise do comportamento para responder à pergunta: como se deu o processo histórico dos estudos não experimentais de práticas culturais no campo da análise do comportamento entre o período de 1987-2020?

Método

Material

O material utilizado na revisão é composto por relatos de pesquisas não experimentais de práticas culturais com base na análise do comportamento. A princípio, o Portal CAPES foi a base de dados consultada, e, ao se constatar que boa parte dos estudos são publicados nos periódicos *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis Del Comportamiento* e *Behavior and Social Issues*, optou-se também por coletar artigos publicados nos principais periódicos da análise do comportamento, incluindo dois de âmbito nacional, Revista Brasileira de Análise do Comportamento (ReBAC) e Perspectivas em Análise do Comportamento, que também serviram de base de dados. O estudo se concentrou nos artigos publicados no período de janeiro de 1987 a março de 2020, excluindo da amostra trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, por se constatar, durante o levantamento dos dados, que muito do que foi publicado em período é resultado de uma produção acadêmica.

Coleta de Dados

Na busca dos dados, foram utilizados os seguintes descritores: práticas culturais, análise comportamental da cultura, metacontingência, macrocontingência, tríplice contingências, contingência e PAs. A partir da leitura do título e do resumo dos artigos, foram selecionados os estudos que apresentam entre suas palavras-chave alguns dos descritores mencionados. A triagem dos estudos foi feita com base no tipo de estudo, se experimental ou não experimental, publicados entre o primeiro semestre de 1987 e março de 2020, cujo objetivo principal fosse analisar uma prática cultural. Atendidos os critérios estabelecidos, foram incluídos na amostra os estudos não experimentais de práticas culturais analisados sob a perspectiva analítico comportamental.

Organização e Classificação dos Dados

Os estudos coletados foram lidos na íntegra, de sorte que, na primeira leitura dos artigos, identificou-se o ano, os autores, a instituição, a fonte e os tipos de publicação, a língua, a pergunta de pesquisa, o objetivo, o método e os resultados de cada trabalho. Na segunda leitura, foram vistos os procedimentos adotados como: o tipo de estudo (experimental, não experimental, qualitativo e/ou quantitativo, teórico e/ou empírico); a abordagem conceitual; o método, a pergunta de pesquisa, os objetivos, a abordagem adotada, se disciplinar ou interdisciplinar; as etapas dos estudos não experimentais; e os dados utilizados (qualitativos e/ou quantitativos, primários ou secundários). Os estudos experimentais foram separados dos não experimentais, organizados e agrupados em tabela por tipo de estudo, unidade de análise, objetivo, método aplicado, ano de publicação, periódico e instituição.

Resultados

Do total de 223 estudos coletados, 24 foram selecionados e categorizados em dois tipos: com foco no comportamento dos indivíduos em contexto social (17) e com foco em PAs (7). Os periódicos com maior número de publicações com foco no comportamento dos indivíduos em contexto social são Behavior and Social Issues (6), *Acta Comportamentalia* (2) e Revista Latino-Americana de Psicologia (2); com ênfase em PAs: Revista Brasileira do Comportamento (3) e Behavior and Social Issues (2). Os estudos com foco no comportamento dos indivíduos apresentam o maior número de publicação em inglês (11), seguido do português (10) e espanhol (3). A língua de maior publicação dos estudos com foco em PAs é o português (6), seguido do inglês (2).

No período de 1987-2020, o país com maior número de publicações de estudos não experimentais de práticas culturais foi o Brasil (11), seguido dos Estados Unidos (10) e

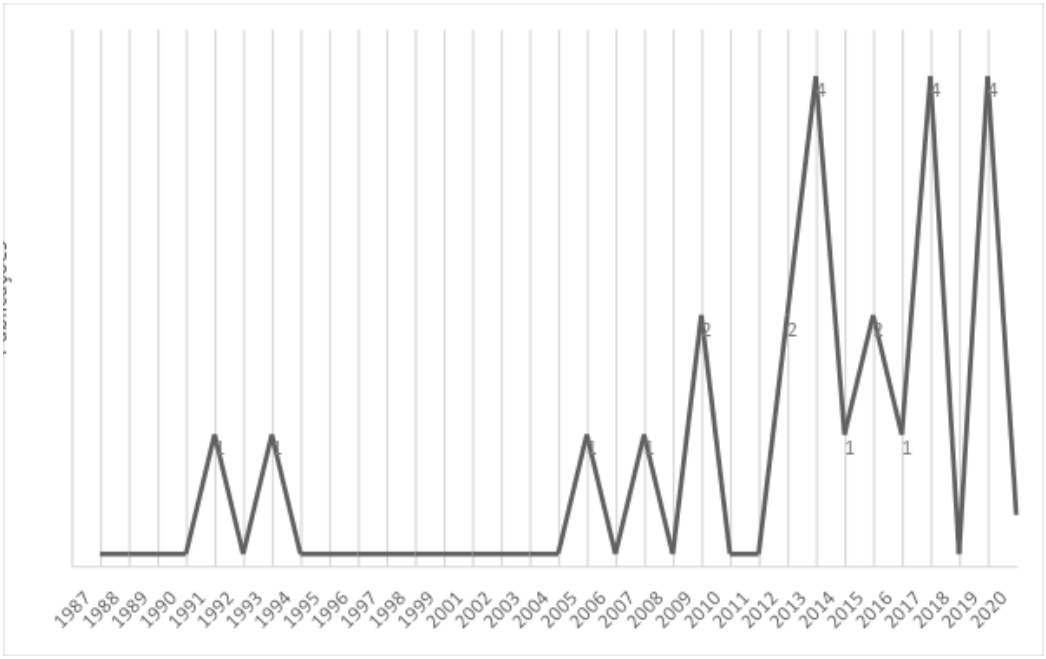
Colômbia (3). Os estudos com foco no comportamento dos indivíduos em contexto social foram publicados nos Estados Unidos (11), no Brasil (10) e na Colômbia (3). Os estudos com foco em PAs são os que apresentam maior número de publicação no Brasil (6), seguido dos Estados Unidos (2). As instituições com maior número de produções com foco no comportamento dos indivíduos no contexto social são a *University of Nevada* (2) e a Pontifícia Universidade Javeriana (2). A instituição com maior número de publicações centradas em PAs é a Universidade de Brasília (3).

Dezesseis anos após a primeira publicação de estudos voltados para PAs, no período de 1994-2004, não foi identificada nenhuma publicação de estudos não experimentais de práticas culturais. A partir de 2005, surge um interesse contínuo pelo tema, com ápice em 2017, quando foram publicados quatro estudos não experimentais (Figura 1). Em 2006, 2010, 2011, 2018 e nos três primeiros meses de 2020, houve uma queda na publicação desse tipo de estudo, e em 1993, 2005, 2007, 2009, 2014 e 2016 ocorreu apenas contabilização parcial, com uma publicação a cada ano, pois, devido à complexidade dos fenômenos sociais com o passar do tempo, percebe-se o interesse dos analistas do comportamento em aplicar os princípios dos estudos experimentais na investigação do comportamento social.

Infere-se, então, uma evolução dos estudos não experimentais de práticas culturais com foco no comportamento dos indivíduos em contexto social (17), mas chama atenção a predominância, nos estudos com foco em PAs, dos estudos de códigos de leis e a aplicação da análise de sistematização de leis de João Cláudio Todorov.

Figura 1

Estudos não Experimentais de Práticas Culturais Publicados entre 1987 e Março de 2020



Nota: Esta figura mostra o resultado obtido dos estudos coletados e revisados entre o período de 1987 e o primeiro trimestre de 2020, distribuídos no Portal Capes e nos quatro principais periódicos da Análise do Comportamento: *Behavior Social Issues*, Revista Latinoamericana de Psicologia, *Acta Comportamentalia* e Revista Brasileira de Análise do Comportamento.

Estudos com Foco no Comportamento dos Indivíduos em Contexto Social

Dos estudos com foco no comportamento dos indivíduos em contexto social, segundo o tipo de pesquisa, 50% são do tipo quantitativo, 40% qualitativo e 10% mistos. O método adotado em 90% deles foi o analítico-descritivo e a análise funcional do comportamento com delineamento do tipo correlacional, baseada em fontes de informação multifuncionais e métodos múltiplos (entrevistas, diários de campo, questionários e *cinephor*). Com a identificação do tipo de pesquisa e do método adotados nesses estudos, entende-se que o grau de complexidade do fenômeno social pode favorecer a adoção de uma perspectiva

multidisciplinar pelos pesquisadores de práticas culturais, como o uso do método do tipo misto, que abarca a pesquisa qualitativa e quantitativa.

Entre as unidades de análise dos estudos com foco no comportamento dos indivíduos no contexto social, identificam-se: 1) a relação entre as práticas lúdicas infantis e as variáveis de controle parental; 2) as práticas culturais relacionadas à filiação e não filiação à Rede Juvenil pela Paz na cidade de Bogotá, Colômbia, para jovens de escolas públicas e privadas; 3) a prevalência, a frequência, os fatores de risco e as características do contexto universitário na sede de uma universidade privada em Bogotá, associadas ao consumo de cigarro na população universitária; 4) as regras descritivas comuns na sociedade relacionadas à violência contra a mulher; 5) o conteúdo das declarações públicas do governo Bush relatadas no *New York Times* após a invasão do Kuwait pelo Iraque em agosto de 1990; 6) as práticas religiosas associadas ao martírio; 7) as relações comportamentais presentes na campanha presidencial brasileira de 2010; 8) a economia institucional identificada por Elinor Ostrom (1993-2012); e 9) o comportamento de compras de alimentos das crianças.

Além das Contingências Comportamentais Entrelaçadas (CCEs), houve estudos que adotaram a Metacontingência como unidade analítica por considerá-la mais pertinente para explicar a evolução e a manutenção das unidades culturais, adotando como ponto de partida as condições geopolíticas, sociológicas e históricas para investigar práticas culturais (Houmanfar & Ward, 2012; Neves, 2017).

Os estudos do tipo quantitativo apresentaram, como estratégia de pesquisa, definição da amostra da pesquisa, elaboração de um questionário ou roteiro de entrevista, coleta de dados, processamento dos dados e análise dos dados. A análise dos dados foi feita por *softwares* de análise estatística, utilizando variáveis sociodemográficas (gênero, idade, escolaridade, estrutura familiar e nível socioeconômico) e de controle. O uso de dados oriundos de fontes secundárias, por exemplo, mídia impressa e redes sociais, via a abordagem

histórica com a aplicação da análise funcional e de conteúdo, foi um dos pontos em comum entre as investigações.

Foi o caso do estudo de Rakos (1993) sobre as declarações públicas do governo Bush relatadas no *New York Times* após a invasão do Kuwait pelo Iraque, em agosto de 1990, cujo objetivo consistiu em analisar o conteúdo dessas declarações via a análise documental, empregando a estratégia da função de correlação (Shoemaker & Reese, 1991). Os autores identificaram todas as edições do *New York Times* de 1º de agosto de 1990 a 17 de janeiro de 1991, depois disso, categorizaram o conteúdo revisado de acordo com alguns tipos de controle de estímulos, tais como regras e estímulos discriminativos.

Dentre os dados coletados, há também os que se referem à frequência do consumo de determinados produtos por certos grupos de indivíduos, bem como ao surgimento de novas práticas culturais relacionadas ao comportamento social e à sua manutenção em razão de fatores como a escolaridade, que parece assumir um papel preponderante quanto à concordância ou não com regras sociais que, de algum modo, se relacionam à manutenção da violência contra a mulher (Gomes & Costa, 2014). Além disso, existem resultados que enfatizam a interface da análise do comportamento com as ciências sociais como promissora, pois ela indica um espaço profícuo para ampliar a compreensão das práticas consideradas populares (Neves, 2017).

Verifica-se, também, em alguns estudos, o uso de uma perspectiva interdisciplinar, por exemplo, o estudo sobre os lagos interiores de Michigan (EUA), que busca integrar uma análise particular baseada em seleção de fenômenos culturais-comportamentais com uma versão da economia institucional identificada por Elinor Ostrom (1933-2012) via a análise custo-benefício de Ostrom para desenvolver, implementar, sustentar e revisar as regras de gerenciamento de recursos naturais de consumo comum (Mallot & Glenn, 2019).

Como um fenômeno social também envolve processos intraindividuais, a melhor forma de interpretá-lo pode ser por meio da integração entre os níveis de análise sociológicos e psicológicos (Ward, 2009), pois, enquanto os eventos psicológicos implicam uma inter-relação entre a resposta de um organismo e a estimulação de objetos e eventos de estímulo, os eventos sociológicos envolvem a inter-relação entre agentes sociais, ou seja, a influência de fatores externos do ambiente sobre o comportamento social. Logo, esse estudo não apenas propõe uma aproximação entre a psicologia ou outras áreas de conhecimento, como a sociologia, mas também uma síntese entre subjetivismo e objetivismo (Barreiros, 2017; Houmanfar et al., 2010).

A seleção por consequências consiste no comportamento selecionado pelo ambiente, situação e/ou circunstâncias nas quais os indivíduos se encontram inseridos. Embora a seleção por consequências tenha sido primeiramente reconhecida na seleção natural, ela pode ser adotada para explicar a evolução do comportamento do indivíduo ao longo de sua história de vida e a evolução de práticas culturais. O comportamento humano é o produto constituído de três tipos de seleção: a seleção natural das espécies (contingências de sobrevivência); e a seleção por meio do comportamento operante, ou seja, "as contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros; e a seleção que ocorre em função de contingências mantidas pela evolução cultural." (Skinner, 1948, 2005, p. 131). Os estudos com foco nos comportamentos dos indivíduos no contexto social se enquadram no terceiro nível de análise, *sociocultural*, pois seus objetivos, em geral, consistem na investigação de diferentes entrelaçamentos entre os comportamentos de membros de um grupo e o modo como estes selecionam comportamentos individuais.

Considera-se como pontos de convergência entre o behaviorismo radical e a psicologia social os níveis de análise dos fenômenos sociais sugeridos por Doise e Skinner. Esses níveis surgem como uma sugestão de aproximação da realidade social e de articulação

entre o indivíduo e o coletivo, via a extrapolação do simples para o complexo, a adoção de princípios da análise experimental na explicação de fenômenos sociais, cujo grau de complexidade exige a abertura à perspectiva interdisciplinar.

No behaviorismo radical, a ampliação da análise do objeto de estudo ocorre por meio do terceiro nível de análise, *sociocultural*, proposto por Skinner (1981, 2007), enquanto, na psicologia social, Doise e Valentim (2015) recomendam dois novos níveis de análise, o neurológico e o intersocietal, com a finalidade de proporcionar uma visão ampla dos fenômenos sociais até então não enfatizados pelos quatro níveis de análise inicialmente propostos por Doise (1980) (Tabela 1). A transição do micro para o macro, nesse sentido, envolverá discursos socialmente incorporados que originam e desenvolvem representações sociais, as quais, no que lhes concerne, articulam o nível macro com o micro, pois são percebidas como "projeções de condições sócio estruturais e culturais compartilhadas entre grupos sociais, *que* [grifo nosso] oferecem um passo explicativo intermediário para vincular níveis macro e micro de agregação" (Lopes & Gaskel, 2015, p. 32).

Estudos com Foco em Produtos Agregados (PAs)

Após o primeiro estudo de lei, *A Constituição como Metacontingência*, publicado em 1987 por João Cláudio Todorov, houve um aumento na realização desse tipo de estudo, com oito publicações com foco em PAs. Esses apresentam como unidade de análise a) efeitos da lei sobre o comportamento dos envolvidos na sua formulação e aplicação; b) práticas culturais descritas na lei; c) prescrições comportamentais direta e indiretamente presentes na lei; e d) relações entre contingências e metacontingências no processo legislativo.

O método adotado nos estudos de PAs é o analítico-descritivo, com levantamento de dados por meio de análise documental, a identificação e sistematização de prescrições, o relato da história da lei, sua origem e seu principal objetivo. Em seguida identificou-se as leis

correlatas (federais e estaduais) e os atores participantes do processo, analisando as proposições produzidas no Senado Federal (a casa iniciadora), na Câmara dos Deputados (a casa revisora) e o texto da lei sancionada pela Presidência da República (Figueiredo, 2013), para, posteriormente, analisar a lei principal e as leis correlatas. Assim, primeiro são verificados a ação esperada de um ou mais agentes na lei principal e o entrelaçamento entre as contingências previstas na lei, depois, é detectado se há contingências incompletas; caso haja, essas são completadas pelas leis correlatas (Carvalho & Todorov, 2016).

Uma lei pode ser definida como uma prescrição de comportamentos determinada por diversas contingências organizadas para gerar um efeito ou como o produto agregado de contingências prévias que envolvem a elaboração do código de lei. A adoção de uma das duas definições determina o método, por isso, se a intenção é identificar as prescrições comportamentais presentes em um código de lei, é provável que ele seja investigado como produto agregado.

Com o interesse de pesquisa voltado para sua efetividade, o investigador deve analisar o código de lei mediante as macrocontingências para averiguar os efeitos destas sobre a efetividade da lei, observando, por exemplo, a relação funcional dos eventos históricos ligados à sua constituição, bem como os atores sociais envolvidos no processo legislativo. No entanto, percebe-se, nos estudos de PAs, a utilização da perspectiva disciplinar, ao passo que os estudos com foco nos comportamentos dos indivíduos no contexto social adotam a perspectiva interdisciplinar.

Os estudos de PAs identificam as metacontingências no código de lei, classificando-as em *geral*, *original* e *processual*. A metacontingência geral envolve todo o processo entendido como um sistema composto de subsistemas (comissões, Plenário da Câmara dos Deputados e Senado Federal) no qual ocorrem as metacontingências processuais. As metacontingências originais envolvem o processo de elaboração dos projetos de lei, mas os seus entrelaçamentos

são desconhecidos, tendo apenas acesso ao produto agregado (Cabral & Todorov, 2015). Em alguns casos, é possível identificar a ocorrência de "metacontingências dentro de metacontingências, ou seja, metacontingências processuais encadeadas, uma servindo de ocasião para outra, formando subsistemas da *metacontingência geral*, ilustrando bem a linearidade da tramitação legislativa, *em que* [grifo nosso] o projeto percorre uma comissão por vez, etapa por etapa." (Cabral & Todorov, 2015, p. 198; Glenn & Mallot, 2004, tradução nossa).

Com o objetivo de identificar os comportamentos emitidos por muitos indivíduos e a existência de contingências de três termos interligados que mantêm esses comportamentos e os PAs gerados por eles estudos constatam, entre as metacontingências, a mudança de comportamento de membros das famílias beneficiadas e a gestão das condicionalidades de educação e saúde, relativa a uma cadeia de comportamentos emitida por servidores de três níveis de governo: municipal, estadual e federal (Fava & Vasconcelos, 2017). O método aplicado, na maioria desses estudos, é o descritivo-analítico de Todorov (1987) e colaboradores, adotado por eles na investigação da interação entre leis e comportamento por meio da análise documental da lei e/ou dos dados oriundos de fontes secundárias.

A análise documental consiste na identificação e na sistematização das prescrições comportamentais dos códigos de lei, em que as contingências são identificadas separadamente em cada documento e comparadas. Uma vez identificadas as contingências, se incompletas, são comparadas com leis correlatas e complementadas por estas. Exemplo disso é um estudo da Lei nº 12.433/211, de 29 de junho de 2011, que altera a Lei de Execução Penal, em que, primeiro, foi identificada na lei a descrição comportamental (ação esperada), depois, as contingências tríplices (antecedentes e consequentes), em seguida, os projetos de lei que antecederam o sancionamento da lei principal (PLS 265/2006, PLS 164/2007, PLS

230/2008 e PL 7.824/2010) para completar as contingências incompletas (Cabral & Todorov, 2015; Lourencetti, 2017).

Os trabalhos para detectar a relação contingências e metacontingências presentes na lei classificam as contingências como completas e incompletas. As contingências completas são as que possuem os três termos da contingência (antecedentes, comportamento, consequência), e as contingências incompletas são as que têm apenas um ou dois termos da contingência (Carvalho & Todorov, 2016). Tais estudos têm como objeto de pesquisa as leis conhecidas como abrangentes, que especificam PAs sem determinar as respectivas contingências comportamentais entrelaçadas. O método utilizado nessas pesquisas é o analítico-descritivo, de sistematização das contingências e metacontingências presentes na lei e de identificação de metacontingências envolvidas no processo legislativo, classificadas como *geral*, *original* e *processual* (Cabral & Todorov, 2015).

Nos estudos com foco em PAs, predomina o agrupamento e a classificação de contingências tríplice. A ênfase recai sobre as prescrições comportamentais, direta e indiretamente, presentes no código de lei e não na identificação dos efeitos das metas estabelecidas pela lei sobre o comportamento dos indivíduos no contexto social. Isso dificulta a criação de medidas de correções da lei e de intervenção com o intuito de aperfeiçoar o processo legislativo e o ajuste do código de lei às demandas dos cidadãos. O nível de análise aplicado nesses estudos é o sociocultural com uma perspectiva interdisciplinar ao articular ciências sociais e ciência humanas. Exemplo disso é a abordagem histórica na análise de códigos de lei e a análise do comportamento para identificar as CCEs e avaliar os efeitos e as consequências das políticas públicas sobre o comportamento social.

Tabela 1

Estratégias de Pesquisa mais Frequentes nos Estudos de Produtos Agregados (PAs)

Estratégias	Frequência
Identificação de tríplices contingências	**7**
Identificação das leis correlatas	5
Classificação das contingências em completas e incompletas	4
Completar as contingências incompletas com outros artigos da lei em análise ou leis correlatas	3
Identificação dos PAs a partir da metacontingência principal que rege a lei em análise	2
Identificação das metacontingências primárias e secundárias	2
Identificação dos efeitos das metas estabelecidas pela lei em análise sobre o comportamento dos principais envolvidos e afetados pela respectiva lei	1
Descrição da influência do meio cultural sobre o funcionamento de metacontingências que mantêm a prática cultural	1
Discussão sobre o papel do meio cultural como contexto para as interações entre a metacontingência selecionada e a macrocontingência	1

Nota. Esta tabela mostra o resultado obtido dos estudos de PAs coletados e revisados entre o período de 1987 e o primeiro trimestre de 2020, distribuídos no Portal Capes e nos quatro principais periódicos da Análise do Comportamento: *Behavior Social Issues*, Revista Latinoamericana de Psicologia, *Acta Comportamentalia* e Revista Brasileira de Análise do Comportamento.

Nessas pesquisas, pouco se observa, da parte dos autores, o interesse na identificação dos agentes sociais partícipes da contingência tríplice prescrita na lei, o que dificulta a análise da atuação de agências reguladoras e da sua influência sobre o comportamento dos indivíduos afetados pela lei. E os mesmos estudos não apresentam uma proposta de solução para os problemas oriundos dos efeitos negativos das metacontingências presentes no código de lei sobre o ambiente. Isso porque a maior parte deles consiste na replicação dos trabalhos desenvolvidos por Todorov et al. (2004), na adoção do método analítico-descritivo com a

análise do código de lei via a sistematização das prescrições comportamentais mediante a análise documental (Lourencetti, 2017). Desse modo, a lei é produto agregado de uma metacontingência inserida em outras metacontingências mais complexas (Araujo et al., 2015).

A lei aponta um comportamento e diz qual é a consequência para esse comportamento: "é *como* [grifo nosso] um enunciado de uma contingência de reforço" (Skinner, 1953, 2003, p. 370). Isso porque as leis são "regras registradas em textos que são produtos de comportamento verbal e estímulos discriminativos para outros comportamentos, verbais ou não" (Araujo et al., 2015, p. 149). O Código Penal, por exemplo, é produto de uma prática cultural verbal, selecionado por consequências estabelecidas no grupo, que, no caso específico, são controladas pela agência governamental. O controle das leis é resultado do poder exercido pela agência governamental que "determina as práticas de produção das leis e também garante que suas prescrições sejam cumpridas" (Araujo et al., 2015, p. 150).

O código de lei consiste, então, em uma prática cultural que estabelece padrões de comportamento similares, regidos por contingências sociais de uma cultura que se reproduzem entre indivíduos e ao longo de gerações de indivíduos (Glenn, 2004; Todorov, 1987). Ela pode ser curta, tratar de poucos assuntos, e especificar contingências comportamentais, tal qual a lei da remição de pena para detentos, alterada pelo PL 4.725/2020. Outras podem ser abrangentes e menos pormenorizadas, especificando PAs, sem especificar as respectivas contingências comportamentais entrelaçadas necessárias para ocorrer o produto agregado (Cabral & Todorov, 2015).

Diferentemente dos estudos focados no comportamento dos indivíduos no contexto social, os estudos com foco nos PAs devem ser enquadrados no terceiro nível de análise, a *sociocultural*, por apresentarem contingências e metacontingências como unidade de análise, as primeiras são analisadas no nível individual e as segundas, no nível grupal. A razão para isso reside no fato da lei ser um produto agregado, resultado do comportamento de indivíduos

que consiste em uma prática cultural à medida que o repertório comportamental (ou parte dele) que a compõe passa a ser replicado por outros indivíduos de um mesmo grupo ou contexto social. A saber, o trâmite do projeto de lei, no qual os atores sociais que participam adotam padrões de comportamentos similares independentemente do projeto de lei que venha a ser sancionado.

Discussão

Na identificação do processo histórico de estudos não experimentais de práticas culturais sob a perspectiva da análise do comportamento, do ano de 1987 ao primeiro trimestre de 2020, os dados coletados foram catalogados e distribuídos em dois grupos: com foco no comportamento dos indivíduos em contexto social e com foco em PAs. Neles, os dados foram organizados por ano de publicação, autores, instituições acadêmicas, objeto de estudo, método, procedimentos adotados para coleta e análise dos dados.

Com a análise dos resultados, constata-se uma tendência no aumento desse tipo de pesquisa no período estabelecido, uma predominância dos estudos com foco no comportamento dos indivíduos em contexto social (17) e o uso de uma perspectiva disciplinar, isto é, de uma reduzida articulação entre as áreas de ciências sociais e ciências humanas. Ademais, chama atenção a pouca ênfase nos estudos que focalizam PAs (7), mas com uma significativa presença dos estudos de leis que, também, adotaram uma pesquisa disciplinar, quando o indicado, em se tratando de um estudo não experimental de práticas culturais, seria buscar articular distintos níveis de análise, ou seja, adotar uma perspectiva multidisciplinar.

Embora em 90% dos estudos se adote uma perspectiva disciplinar, em alguns estudos com foco no comportamento dos indivíduos em contexto social, contém múltiplas análises, articulando áreas das ciências sociais e ciências humanas. As propriedades metodológicas das

pesquisas não experimentais sobre práticas culturais estão relacionadas a objetivos exploratórios mais amplos, cuja finalidade consiste em não esvaziar prematuramente aspectos da experiência que possam ser relevantes para a pesquisa (Driessnack et al., 2007).

No grupo de estudos com foco no comportamento dos indivíduos em contexto social, há desenho de pesquisas com atributos predominantemente quantitativos, cujo método analítico-descritivo apresenta dados estatísticos analisados por *softwares* específicos. Além disso, há aqueles que adotam métodos mistos, ou seja, estratégias de pesquisa quantitativa e qualitativa que incluem análise descritiva, fatorial e multivariada e entrevistas pessoais, por meio do grupo focal, com uma amostra pequena, classificada como aleatória e obtida por conveniência de acesso, sem critério de escolha para a confirmação das variáveis obtidas na literatura (Neto & Melo, 2002). Ao passo que os estudos voltados para PAs, sob a perspectiva disciplinar, aplicam o método analítico descritivo de dados secundários com base na análise sistemática de leis de João Cláudio Todorov.

O aumento de publicações de estudos não experimentais de práticas culturais dentro do período analisado junto ao crescimento da participação de pesquisadores brasileiros vinculados a instituições acadêmicas, como a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), demonstram a predominância da linha de pesquisa na América Latina. Periódicos internacionais, como *Behavior Social Issues* e *Acta Comportamentalia*, apresentam uma presença relevante de estudos não experimentais de práticas culturais com foco no comportamento dos indivíduos em contexto social. Enquanto, periódicos nacionais apresentam 90% dos estudos com foco em PAs, entre eles, os códigos de leis. A reduzida publicação de estudos de leis em periódicos internacionais induz ao não reconhecimento desses, internacionalmente, como instrumento de avaliação de políticas públicas, e da contribuição que a psicologia presta para os estudos de políticas públicas via a articulação de níveis de análise na investigação de fenômenos sociais.

Uma das limitações da revisão de literatura consiste na análise conclusiva da tendência mais atual dos estudos não experimentais de práticas culturais sob a perspectiva comportamental, pelos dados terem sido apresentados parcialmente e pela amostra incluir apenas o primeiro trimestre do ano de 2020, período no qual foi iniciado o estudo. Outro ponto que deve ser revisto se refere aos descritores utilizados no levantamento dos dados, pois, se tratando a princípio de um estudo exploratório, caberia uma revisão dos descritores e das fontes de consulta, isso porque, a depender de alguma alteração nesses, a probabilidade é de que também haja alguma alteração nos resultados. Com isso, seria possível ter resultados mais precisos acerca do processo histórico dos estudos analisados, como revisar apenas as pesquisas não experimentais com foco em PAs que abarquem apenas os estudos de códigos de leis no campo da análise do comportamento, incluindo trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Diante da relevância dos estudos não experimentais sobre práticas culturais, em particular, daqueles com foco em PAs, como os estudos de códigos de leis, cuja análise sistemática de leis criada por João Cláudio Todorov tem contribuído para a avaliação de políticas públicas em uma área, normalmente, ocupada pela ciência política e pelas ciências sociais aplicadas (a saber, a economia comportamental), propomos, então, um estudo sobre uma possível intersecção entre a análise do comportamento (o behaviorismo radical) e a psicologia social (psicológica, sociológica e crítica).

Mais especificamente, propomos esse estudo de intersecção entre os níveis de análise apresentados por Burrhus Frederic Skinner (1948, 2005) e Willem Doise (1980) adotados na investigação de fenômenos sociais, a fim de averiguar como a articulação entre estes níveis de análise pode contribuir para avaliação da eficácia de políticas públicas. Assim, sugerimos um estudo analítico-descritivo e comparativo entre os *níveis de análise por consequência* de

Skinner (1981, 2007) na análise do comportamento e os *níveis de análise psicossociais* de Doise (1980) na psicologia social.

Capítulo 2 – A Análise de Fenômenos Sociais pela Perspectiva Interdisciplinar

Resumo

O ensaio apresenta uma reflexão acerca da aproximação entre as abordagens de análise, da psicologia social e do behaviorismo radical, de fenômenos sociais, na solução das antinomias entre indivíduo e coletivo, objetos psicológicos e sociológicos, como a análise do comportamento cultural e abordagem societal. Identifica-se como a psicologia social e o behaviorismo radical explicam os fenômenos sociais através dos níveis de análise psicossociais de Willem Doise e da seleção por consequência de Burrhus Frederic Skinner (1980). As duas taxinomias são comparadas a fim de identificar seus pontos de convergência e validar os dados das investigações via a interface behaviorismo radical e psicologia social. A linha de argumentação adotada destaca possíveis ganhos teóricos que uma combinação entre subdisciplinas de uma mesma área de conhecimento, ou áreas distintas, pode proporcionar às investigações sobre fenômenos sociais e aos estudos não experimentais de práticas culturais.

Palavras-Chave: psicologia social; behaviorismo radical; níveis de análise; fenômenos sociais.

The Analysis of Social Phenomena from an Interdisciplinary Perspective

Absctract

This essay presents a reflection on the approximation between the approaches to the analysis of social phenomena, social psychology and radical behaviorism, in the solution of the antinomies between the individual and the collective, psychological and sociological objects, such as the analysis of cultural behavior and the societal approach. It identifies how social psychology and radical behaviorism explain social phenomena through Willem Doise's psychosocial levels of analysis and Burrhus Frederic Skinner's (1969, 1980) selection by consequence. The two taxonomies are compared to identify their points of convergence and validate the data from the investigations via the interface between radical behaviorism and social psychology. The line of argument adopted highlights possible theoretical gains that a combination of subdisciplines from the same area of knowledge, or different areas, can provide to the investigations on social phenomena and non-experimental studies of cultural practices.

Keywords: social psychology; radical behaviorism; levels of analysis; social phenomena.

Introdução

Após a II Guerra Mundial, em decorrência dos conflitos sociais da época, perde sentido reduzir a realidade social às leis naturais, psicobiológicas, e, muito menos, compreendê-la unicamente por meio da consciência individual; dessa forma, se observa na psicologia social, entre as décadas de 1920 e 1980, a transição de estudos com ênfase em processos intrapsíquicos para processos subjacentes às relações no interior dos grupos sociais e entre os grupos (Ferreira, 2010; Torres & Camino, 2011).

O desenvolvimento da psicologia social é então marcado pela sistematização de duas principais tendências: a primeira, com forte propagação nos Estados Unidos, tinha como objetivo "alterar e/ou criar atitudes, *intervindo* [grifo nosso] nas relações grupais para harmonizá-las e assim garantir a produtividade." (Lane & Codo, 1984, p. 10); e a segunda, com raízes na fenomenologia, e presença marcante na Europa, procurava evitar novas catástrofes mundiais por meio de modelos científicos, como os da teoria de campo de Kurt Lewin, que privilegiavam fenômenos gerados por diversos grupos e sociedades (Lane & Codo, 1984).

As principais vertentes psicossociais se distribuem entre as décadas de 1920 e 1930, representada pela *psicologia social psicológica*, de 1930 e 1960, pela *psicologia social sociológica* e a abordagem societal de Willem Doise e 1960 de 1980, pela *psicologia social crítica*, conhecida por alguns dentro do processo evolutivo da psicologia social como "a crise da psicologia social", por suas críticas à primeira vertente que utilizou uma linguagem científica neutra e distante da realidade social, e construiu modelos teóricos inaptos para compreensão das mudanças sociais do momento ao desconsiderar o papel das estruturas sociais e sistemas culturais sobre o comportamento dos indivíduos (Ferreira, 2010). Nas décadas de 1920 e 1930 houve ênfase nos processos intraindividuais, que condizem ao modo como os indivíduos respondem a estímulos sociais; entre 1930 e 1960 houve foco sobre os

fenômenos produzidos por diferentes grupos; e entre 1960 e 1980 houve a oposição à opressão e exploração presentes em boa parte das sociedades (Ferreira, 2010), pois os psicólogos se posicionaram criticamente em relação às instituições, organizações, práticas da sociedade e ao conhecimento da psicologia social construído naquele momento.

O desenvolvimento da *psicologia social psicológica* nos Estados Unidos é marcado por dois momentos: o primeiro, 1920-1930, abrange os estudos *das atitudes, influência social* e *dinâmica de grupo*, e o segundo, das duas décadas subsequentes à II Guerra Mundial, quando predominam dois temas de investigação: *atitudes* e *percepção social*. No primeiro tema, destacam-se os estudos sobre *influência social* e *dinâmica de grupo* e os experimentos de Muzar Sheriff e Kurt Lewin, que se concentram consecutivamente na investigação das normas sociais, criadas pelos grupos sociais, que governam os julgamentos dos indivíduos e na "análise da influência dos estilos de liderança e do clima grupal sobre o comportamento dos membros do grupo." (Ferreira, 2010, p. 52). No segundo, os experimentos de Carl Hovland dão prosseguimento à investigação das atitudes com os estudos sobre os fatores que levam a mudanças de atitudes. E, Fritz Heider e Salomon Asch se dedicam à investigação da *percepção das pessoas* (Ferreira, 2010). Os estudos da década de 1920 realizados pelos psicólogos europeus, a exemplo de Kurt Lewin, que migraram para os EUA, tanto influenciaram as investigações sobre *influência social* e *processos intergrupais* nas décadas de 1950-1960 como contribuíram para o desenvolvimento das teorias dos processos de comparação social e da dissonância cognitiva de Leon Festinger, substituindo a investigação de fenômenos e processos intergrupais, até então em evidência, por processos interindividuais de âmago cognitivo.

O estudo dos fenômenos sociais na psicologia social tem por objetivo reduzir a antinomia indivíduo *versus* sociedade, utilizando bases conceituais e metodológicas para compreender a realidade social via a análise da relação indivíduo e meio social (Santos,

2006). Isso pode ser observado nas vertentes da *psicologia social psicológica* e sua ênfase sobre os processos intrapsíquicos que intervêm na relação do indivíduo com o meio social, e na *psicologia social sociológica*, cujo foco está nas ações sociais geradas por diferentes grupos e sociedades (indivíduo no meio social – interações), ou seja, nos processos subjacentes às relações no interior dos grupos sociais e entre os grupos (Ferreira, 2010). A perspectiva psicológica social sociológica que se desenvolveu fortemente na Europa tem como princípio básico que a criação do conhecimento individual se insere no processo de construção da realidade social pela sociedade, de modo que é conhecendo como as diversas sociedades representam a si mesmas e ao mundo, que se entende como os indivíduos e os grupos se apropriam dessas representações e se reconstroem. Esta vertente é estruturada em torno de três conceitos essenciais: *representação social*, *identidade social* e *influência das minorias ativas* (Ferreira, 2010).

As teorias evolucionistas contribuíram para o desenvolvimento da psicologia social na redução da dicotomia organismo e ambiente e na análise de fenômenos sociais, explicando os conflitos sociais, frutos das mudanças sociais das últimas décadas, a partir das relações funcionais entre organismo e ambiente, deixando de focar nos eventos intrapsíquicos e seus efeitos sobre o meio social para dar ênfase às estruturas sociais e suas implicações sobre o comportamento das pessoas. Para investigar fenômenos sociais fez-se necessário considerar a complexidade que envolve dilemas sociais e a dificuldade de controle das variáveis, exigindo o uso de uma perspectiva interdisciplinar, ou seja, a articulação entre áreas, que apesar de serem aparentemente divergentes, possuem entre si pontos de convergências que podem auxiliar na resolução de dilemas sociais (Álvaro & Garrido, 2006, 2007; Lane & Codo, 1984).

Curiosamente há duas subdisciplinas da psicologia que embora teoricamente se contraponham, as duas também estão voltadas para o estudo de fenômenos sociais: A

psicologia social e o behaviorismo radical, que se apoiam na ideia de que a evolução da mente (e do repertório comportamental, para o behaviorismo radical) é fruto da relação organismo e ambiente, de modo que, alterações nesta relação exigem dos indivíduos mudanças nas suas reações, que vão dos reflexos aos instintos, na memória e por último no raciocínio (Álvaro e Garrido, 2006, 2007). Exemplo disso foi o impacto da teoria de Darwin sobre a psicologia que ocorreu de forma indireta, "*pois* [grifo nosso] a concepção da mente humana que derivava de sua teoria determinou uma mudança de rumo da psicologia que começou a adotar uma perspectiva evolucionista no estudo da mente." (Álvaro & Garrido, 2006, 2007, p. 27).

Ao longo do tempo, além do behaviorismo radical de B. F. Skinner, outras formas de behaviorismos foram propostas, como o behaviorismo individual de F. Allport, e o behaviorismo social de George Mead (Torres & Camino, 2011). O behaviorismo individual, tal qual o *radical* e o *social*, propagou-se fortemente nos Estados Unidos e propunha como unidade de análise de fenômenos sociais, o indivíduo via a utilização do método experimental, cujo objetivismo radical e equivalência entre psicologia individual e social constituíram a proposta matriz da *psicologia social psicológica* norte-americana. O behaviorismo social de George Mead (1934, 1972) enxerga a psicologia social do ponto de vista do grupo social a partir da influência deste na conduta do indivíduo, de modo que, diferente de John Watson (1913), Mead (1934, 1972) reconhece a existência de elementos não observáveis no comportamento, especialmente os relacionados à linguagem, explicando o comportamento do indivíduo por meio da conduta organizada e não dos diferentes membros do grupo, o que talvez esclareça o motivo pelo qual na psicologia social há os que acreditam que o todo é anterior ao indivíduo e não o oposto.

O behaviorismo radical equivale a uma teoria baseada na interação entre o organismo e seu contexto que, em relação ao comportamento social, dá ênfase ao modo como os grupos

humanos se adaptam aos ambientes físicos e sociais por meio da transmissão de padrões comportamentais mais adequados a dado contexto, propondo que, o observado em laboratório pudesse ser investigado no contexto social (Skinner, 1953, 2003).

Este estudo, ao invés de se enfatizar as distinções de subdisciplinas da psicologia que a princípio parecem estar em lados opostos, como, por exemplo, a psicologia social e o behaviorismo radical, propõe uma análise descritiva e comparativa dos *níveis de análise psicossociais* de Doise (1980) e dos *níveis de análise por consequência* de Skinner, com a finalidade de identificar suas semelhanças e complementaridades, defendendo a tese de que o que a princípio parece distanciar a psicologia do behaviorismo, e a ênfase nos processos intrapsíquicos talvez aproxime a psicologia social do behaviorismo radical no momento que estas subdisciplinas da psicologia passam a investigar fenômenos sociais com base nos processos intergrupais buscando reduzir a dicotomia indivíduo-coletivo.

Níveis de Seleção por Consequência

A análise do comportamento tem como objeto de estudo o comportamento operante que atua sobre o ambiente, e como este comportamento é afetado pelas consequências dessa relação (Skinner, 1953, 2003), investigando o processo de seleção por consequências dos comportamentos operantes a variáveis externas e as respostas dos indivíduos a estímulos ambientais. Com produções como “O comportamento dos organismos”, de 1938, e “Ciência e Comportamento Humano”, de 1953, Skinner (1953, 2003) fórmula princípios essenciais para descrição e explicação das relações funcionais entre as atividades do organismo, especialmente no âmbito do comportamento operante, determinando que a interação entre o organismo e o ambiente é constituída de três eventos: (1) a ocasião em que ocorreu a resposta; (2) a própria resposta e (3) as consequências. As relações entre estes eventos constituem uma “contingência tríplice”, na qual estão presentes as relações estímulo-estímulo

precedentes às relações do tipo estímulo antecedente-resposta-consequência, de modo que, a interação organismo e ambiente é constituída de agentes externos (o estímulo), o comportamento por ele controlado (a resposta) e as consequências deste comportamento no contexto onde o organismo está inserido, que poderão aumentar ou diminuir a probabilidade desta em ocasiões semelhantes no futuro (Skinner, 1953, 2003).

Para o behaviorismo radical, o comportamento de um organismo deve ser entendido como uma interação entre o organismo e ambiente, este caracterizado em vários níveis: físico, social e histórico (Martone & Todorov, 2007). Estabelecer a relação de causa e efeito, entre variáveis controladoras do comportamento, consiste na análise funcional que enxerga o organismo como um sistema, cujas variáveis independentes devem ser descritas em termos físicos. Os eventos que compõem a interação entre organismo e ambiente estão possivelmente relacionados a "forças sociais" como a "influência" da cultura, sendo preciso observá-los para encontrar a alternativa adequada à análise do comportamento.

Skinner (1948, 2005), no livro "Walden Two", ao transitar do conceito do comportamento do organismo para o de comportamento social, recomenda a análise do comportamento social por meio da utilização das leis e conceitos criados na análise experimental do comportamento para interpretar fenômenos até então não suscetíveis de controle experimental. Ele definirá comportamento social como o produto de duas ou mais pessoas, uma em relação à outra, ou destas em conjunto em relação ao ambiente comum, cuja relação indivíduo e ambiente determina o comportamento social. A cultura, neste sentido, consiste em um "conjunto de *contingências de reforço sobre o qual os membros se comportam* de acordo com procedimentos que a mantém, capacitando-a a fim de torná-la eficiente." (Skinner, 1953, 2003, p. 207).

Ao evidenciar o modo como os grupos humanos se adaptam ao ambiente por meio da transmissão de padrões comportamentais percebidos como mais adaptativos a dado contexto,

Skinner (1953, 2003) propôs uma análise comportamental aplicada às normas sociais estabelecidas pelas leis que ditam o modo como as pessoas devem se comportar, estabelecendo padrões comportamentais complexos que determinam o modo de ser e a ação adequada a eventos enfrentados pelo grupo. Embora, nem todos os processos comportamentais sejam fáceis de serem reproduzidos no laboratório, sendo a precisão nas medidas às vezes obtida às custas da irrealidade nas condições, e o comportamento humano se caracterize como complexo, ainda assim, este não parece necessariamente diferente do comportamento dos animais, tanto que a relação ambiente e comportamento humano pode ser explicada por um modelo de multideterminação do comportamento constituído de três importantes níveis de explicação do comportamento humano: o *filogenético* (seleção natural), o *ontogenético* e o *sociocultural* (seleção cultural). (Skinner, 1953, 2003; Skinner, 1981, 2007).

O ambiente selecionador do comportamento humano consiste em um conjunto de contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural somadas a contingências de reforço responsáveis pelos repertórios dos indivíduos, em suas histórias de vida, e contingências especiais mantidas por um ambiente social que determinam o comportamento humano, de maneira que, a seleção por consequências se trata de um modo causal encontrado tanto em seres vivos como nas máquinas produzidas por estes. E o comportamento humano se caracteriza como o produto de "(i) contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural da espécie humana, (ii) contingências de reforço responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, incluindo (iii) as contingências mantidas por um ambiente social evoluído." (Skinner, 1953, 2003).

O primeiro nível de análise por consequências, o *filogenético*, representa o processo descrito por Darwin (1859), a seleção natural das espécies, cujas características biológicas ou comportamentais são selecionadas e transmitidas de geração a geração, por meio da dotação

genética dos organismos, com a finalidade de favorecer a sobrevivência e/ou a reprodução das espécies. O segundo nível, o *ontogenético*, retrata a história de aprendizagem individual do organismo, de modo que as variações comportamentais, ao produzirem consequências reforçadoras para o sujeito, serão selecionadas, aumentando a frequência de certas classes de respostas. As mudanças ambientais podem proporcionar ajustes comportamentais rápidos, tais como a aquisição de novas respostas, a extinção de antigas e/ou o aumento da eficiência de alguns comportamentos.

O terceiro nível, *o sociocultural*, "envolve a seleção de práticas culturais por meio da interação com o ambiente durante o tempo de vida de um grupo social." (Moore, 2017, p. 52-55). A cultura evolui quando as práticas culturais ajudam o grupo que as executa a solucionar seus problemas, sendo o efeito sobre os grupos e não as consequências reforçadoras sobre os indivíduos que contribui para evolução cultural. Ao falarmos de práticas culturais nos referimos às respostas "no repertório de um organismo" (Moore, 2017, p. 52-55), que se desenvolvem e se mantêm no decorrer do tempo em função do contexto ambiental, por isso este nível visa explicar o modo como um grupo faz as coisas, transmitindo-o intragerações ou entre gerações, dentro de um mesmo grupo ou entre grupos diferentes. Entretanto, ainda que as práticas culturais pareçam contraprodutivas, expondo o grupo ao perigo e até mesmo à extinção, podem continuar a existir por serem socialmente aprovadas, mesmo que suas consequências sejam negativas (Skinner, 1953, 2003).

Ainda que o behaviorismo radical e a psicologia social sejam teorias da psicologia construídas a partir da oposição científica, metodológica e da distinção do conceito de comportamento adotado por ambas, a primeira enxerga os agentes externos ao organismo como responsáveis pelo comportamento, e a segunda associa o comportamento humano a agentes internos do organismo, como a mente, a consciência e os esquemas e representações; o behaviorismo radical, ao definir comportamento como a interação entre organismo e

ambiente, torna as práticas culturais objeto de estudo da análise comportamental, cujas interações sociais, por meio da comunicação (linguagem), geram modos de ser e pensar que são transmitidos de geração a geração. Logo, é a ampliação do objeto de estudo do behaviorismo radical que o aproxima da psicologia social, que também tem como objeto de estudo "interações sociais", só que se utiliza de outras abordagens de análise.

Relacionando os processos evolutivos da psicologia social e do behaviorismo radical, chama atenção que as subdisciplinas da psicologia adotam níveis de explicação que vão do micro para o macro. De um lado, o behaviorismo radical propondo os níveis de análise por consequência: o *filogenético* (a biologia), o *ontogenético* (a psicologia) e o *sociocultural* (a antropologia e a sociologia); e do outro, a psicologia social, os níveis de análise psicossociais, cujo terceiro nível também demanda uma perspectiva interdisciplinar para analisar fenômenos sociais. A fim de identificar o que aproxima estas subdisciplinas, este estudo tem o objetivo de responder à questão: por que razão identificar pontos em comum entre áreas do conhecimento que a princípio parecem ser tão antagônicas? Para responder à pergunta seguiremos para os níveis de análise psicossociais de Willem Doise (1980).

Níveis de Análise Psicossociais

No início da década de 1980 a psicologia social se dividia em duas vertentes: a primeira centrada nos processos intrapessoais e interpessoais, e, a segunda em uma abordagem politicamente engajada, apoiada na teoria marxista, com a finalidade de compreender a realidade social e buscar solução para os seus problemas. Surge, então, a Teoria das Representações Sociais (TRS), que se estrutura em torno de três abordagens teóricas: a *processual*, representada por Denise Jodelet, a *estrutural*, por Jean-Claude Abric e a *societal*, por Willem Doise, conhecida como Escola de Genebra (Almeida, 2009). Apesar das abordagens adotarem formas diferentes de investigação das representações, estas são

complementares porque fazem parte da mesma matriz. O que nos interessa aqui é a terceira abordagem, a *societal*, que tem o objetivo de buscar "a articulação de explicações de *ordem individual* com explicações de *ordem societal*, evidenciando que os processos de que os indivíduos dispõem para funcionar em sociedade são orientados por dinâmicas sociais (interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais)." (Almeida, 2009, p.719).

Doise liga as Representações Sociais (RS) a uma perspectiva mais sociológica para articular explicações de *ordem individual* com explicações de *ordem societal.* A trajetória experimental de Doise no campo da psicologia social rompeu com métodos experimentais tradicionais, como o estudo da dissonância cognitiva de Festinger (1957), que tinham no campo da psicologia o hábito de isolar os fenômenos mentais das dinâmicas sociais mais complexas, "Seguindo as ideias de Piaget (1965, 1983) acerca da origem social da descentração, o grupo de Genebra vai sustentar que os conflitos *sociocognitivos* suscitados pela interação social é que a tornam uma fonte de progresso cognitivo" (Almeida, 2009, p. 272). Doise (1980), centrado nas relações entre os grupos, sugere um procedimento experimental que considere as normas e as representações construídas nas relações sociais vivenciadas, e, com as quais os sujeitos respondam na situação experimental.

A abordagem societal deve sua construção, em especial, a dois fatores, primeiro, a influência do livro "The Moral Judgment of the Child" de Piaget (1932, 1977) que reconhece a importância das análises do tipo societal para os estudos de psicologia política, contribuindo com a ideia das relações intergrupais e condições mínimas de aparição de comportamentos discriminatórios nas relações grupais. E, segundo o estudo das Representações Sociais (RS) de Moscovici (1961, 1976), ao ligar os estudos dos sistemas cognitivos no nível do indivíduo com os estudos dos sistemas relacionais e societais. Visando articular o psicológico e o sociológico, Doise, Deschamps e Mugny (1978, 1996) recomendam a introdução das variáveis preexistentes na situação experimental nos modelos explicativos dos fenômenos

sociais, levando progressivamente à inserção do social na experimentação com a integração de quatro níveis de análise: intraindividuais, interindividuais e situacionais, intergrupais e societal.

A articulação entre os quatro níveis de análise é recomendada na década de 1970 por Doise e colaboradores, que sugerem para análise de fenômenos psicossociais a articulação do estudo das representações sociais com o das relações entre os grupos mediante o pressuposto de que a representações sociais se forma do julgamento que um grupo faz em relação a outro (Moscovici & Doise, 1992; Doise et al., 1978, 1996), por isso o indicado é que elas sejam investigadas no lugar onde são produzidas, no contexto social, para identificar "quais regulações sociais atualizam funcionamentos cognitivos e em quais contextos específicos." (Almeida, 2009, p.725).

Com a finalidade de provar que a psicologia social experimental possibilita combinar diferentes níveis de análise em um mesmo estudo, e, superar a dicotomia entre explicações "psicologizantes" e "sociologizantes", Doise (1980) realizou um extenso estudo nos sete primeiros volumes do European Journal of Social Psychology (EJSP), em que propõe apresentar uma técnica que torne possível um exame sistemático de uma série de publicações em Psicologia Social. A inspeção deste *corpus* de textos publicados confirmou que, não obstante, o fato de os níveis 1 e 2 — respectivamente situados no nível individual e interindividual — responderem juntos por 70% das explicações oferecidas, os quatro níveis diferentes de análise foram úteis para avaliar explicações psicossociais a partir de uma amostra acerca do que vem sendo produzido sobre o assunto. No entanto, na análise inicial dos estudos consta-se que "a imagem da psicologia social parece incompleta, ou seja, não parece cumprir com a sua proposta de articulação entre indivíduo e coletivo via a articulação entre os 04 níveis de análise, pois a maioria dos estudos não considera a possibilidade de articular de diferentes níveis de análise" (Doise, 1980, p. 218). Há dois pontos que chamam

atenção, o primeiro é que o maior número dos estudos analisados articulou os níveis de análise 1 e 2; e o segundo é que boa parte dos estudos estavam concentrados na análise de nível 1 (intraindividual). Além disso, chama a atenção, nestes estudos, que a articulação entre os níveis consiste na articulação entre teorias da psicologia social. Doise (1980) conclui, então, que há duas abordagens dominantes na psicologia social experimental: a interessada por modelos de integração e consistência de informações entre elementos cognitivos presentes no indivíduo e a concentrada nas diferentes dinâmicas de interação entre os indivíduos.

Valentim, Forte e Figueiredo (2013) também realizaram uma revisão das publicações de três revistas portuguesas, entre o período de 2006 e 2012. Os autores analisaram 74 artigos, 28 da Análise Psicológica, 23 da Psicologia e 23 da Psychological. A classificação dos artigos utilizada foi a mesma de Doise (2002), que diferencia "sistemas externos" e "sistemas internos", os primeiros correspondentes às variáveis pertencentes a sistemas ou estruturas presentes no meio social, organizadas antes do envolvimento dos sujeitos, e, os segundos compostos de dois grupos: "um referente às motivações e cognições (exemplo, estudos que focam na tomada de decisão) e outro referente às motivações e cognições associadas às ações (exemplo, estudos que focam nas atitudes e comportamentos manifestos)." (Valentim et al., 2013, p.15).

Os estudos sobre valores, representações sociais e análise de cunho cultural foram inseridos em sistemas "externos", que ocorrem "fora" do indivíduo, os quais estão relacionados aos estudos sobre identidade social. Vale ressaltar que os autores deixam claro que este tipo de categorização não tem a finalidade de incentivar a dicotomia indivíduo-coletivo, mas a de facilitar a operacionalização das variáveis e manter a distinção de Doise (2002) entre níveis intraindividuais e ideológicos. Os resultados mostram uma forte predominância (73,8%) dos 'sistemas com origem fora do indivíduo' e maioria desses

sistemas relacionada a categorizações sociais e/ou sistemas de identidade social. “Sistemas considerados mais internos (cognições e motivações associadas com ações) são apenas uma pequena parte do total de explicações de sistemas.” (Doise & Valentim, 2015, p. 902).

A partir do estudo, conclui-se que os psicólogos sociais não parecem estar guiados ou ter seus esforços de pesquisa regulados por um único metassistema, ou melhor, apenas um nível de análise, mas sim diversos níveis. Pois, mesmo que haja diferentes tipos de explicação na psicologia social, isto não significa que eles sejam atualizados separadamente, visto que “desde o início dos estudos desses níveis, foi demonstrado que diferentes níveis de explicação frequentemente intervenham no estudo do mesmo fenômeno” (Doise & Valentim, 2015, p. 900). Esta constatação foi a que deu origem à ideia de que a articulação entre os diferentes níveis de análise fornece um objeto de estudo específico para a psicologia social.

Em seguida Doise e Valentim (2015) recomendam a ampliação dos níveis de análise psicossociais, com a introdução dos níveis neurológico e intersocietal, e, do modelo de sistema proposto por Moscovici (1961, 1976), a fim de comprovar o valor heurístico deste acerca de uma das principais tarefas da pesquisa da psicologia social: a articulação de diferentes níveis de análise. Um dos motivos pelos quais Doise (2002) propõe a extensão dos níveis de análise em intersocietal tem ligação com o mundo globalizado onde os indivíduos de diversas origens e sociedades se conscientizam de suas interdependências, iniciando nessas interações representações simbólicas, normas sociais e princípios contratuais que tendem a permanecer implícitos, de modo que, ao fazerem parte de um relacionamento interpessoal é certo que os participantes terão seus destinos afetados pelas relações, “em alguma medida, dentro de um certo limite e a um certo custo” (Doise & Valentim, 2015, p.900), existindo diversas formas de interdependência representadas por todos os tipos de posição social.

O nível intersocietal, proposto por Doise & Valentim (2015), mostrou-se útil para explicar desenvolvimentos recentes no estudo dos direitos universais, pois as elaborações teórico-metodológicas de Doise e colaboradores o levaram a um programa de pesquisa sobre os direitos humanos, com ênfase na "aplicação dos princípios presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e os limites da sua aplicação a certos indivíduos ou grupos sociais" (Almeida, 2009, p.729). A partir desse programa de pesquisa, Doise amplia os estudos sobre os direitos humanos, incluindo neles um olhar psicossociológico sobre o fenômeno, que vai além da Filosofia, do Direito e das Ciências Políticas. Por conta disso, os direitos humanos passam a ser estudados como representações sociais normativas que se organizam no âmbito da esfera pública, adotando-se a abordagem tridimensional, também conhecida como o paradigma das três fases que "pode ser interpretado como uma resposta crítica de Doise aos estudos que se concentraram na identificação dos elementos consensuais das representações sociais", que "visa articular os estudos das dinâmicas das relações e da comunicação com o estudo dos processos psicológicos que as acompanham." (Almeida, 2009, pp. 727-9).

A inclusão entre os quatro níveis de análise psicossociais do nível intersocietal evidencia o ponto de aproximação entre a *psicologia social* e o behaviorismo radical, e a articulação entre distintos níveis de explicação do comportamento na investigação de fenômenos sociais. A partir deste ponto, apresentar-se-á a seguir os aspectos que aproximam estas duas subdisciplinas da psicologia que, embora a princípio tenham sido construídas com a perspectiva de se contraporem, podem, em função da evolução científica pela qual passaram nos últimos anos, apresentar mais pontos que as aproxima do que as distanciam.

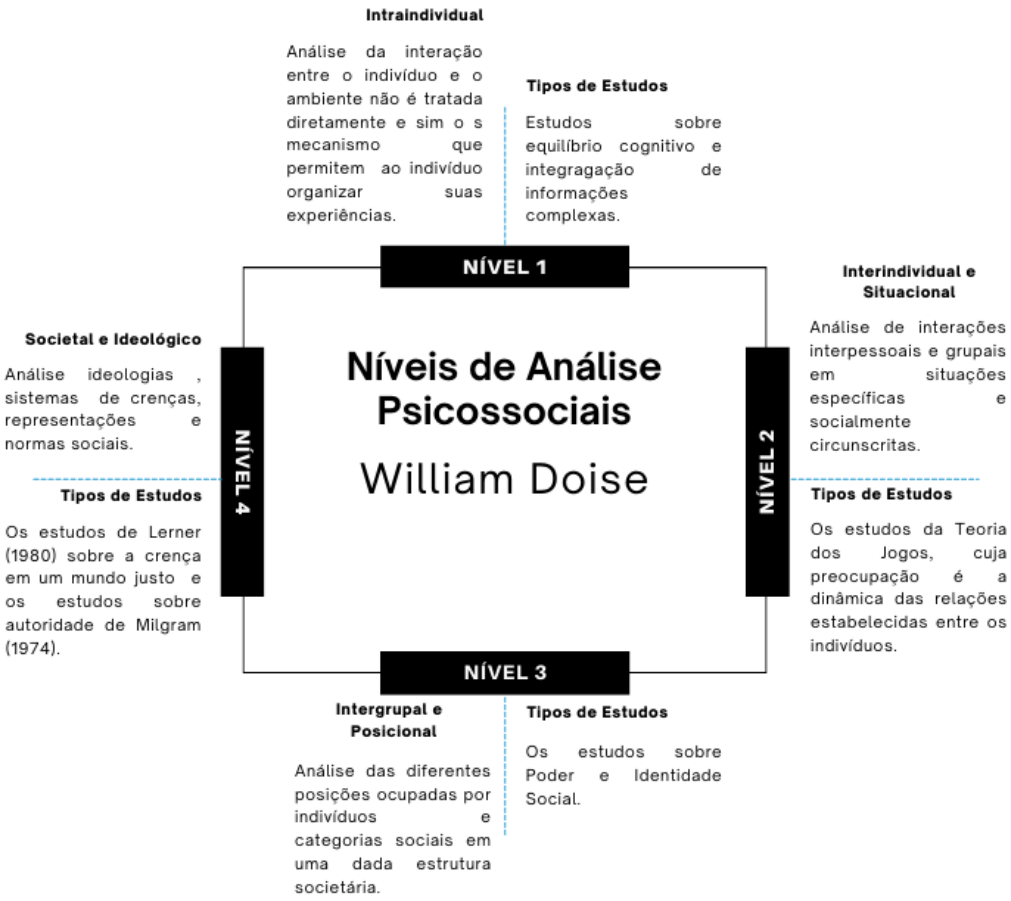
O que nos Distancia nos Aproxima

O nosso ponto de partida para analisar uma possível aproximação entre a *psicologia social* e o *behaviorismo radical* é a trajetória experimental de Willem Doise e B. F. Skinner e sua contribuição à proposição de formas distintas de explicação do comportamento humano e articulação entre diversos níveis de análise dos fenômenos sociais. Desde o início a trajetória experimental de Doise seguiu um caminho de ruptura com os métodos experimentais tradicionais, para o qual estes, ao isolarem os fenômenos sociais das dinâmicas sociais mais complexas, tendem a gerar uma representação social distante da realidade social, concentrando-se nos paradigmas e esquecendo o contexto social. Nisso, surgem as diversas críticas à abordagem experimental na psicologia social, tais como a artificialidade das situações e a ênfase sobre os estudos de fatores isolados do seu contexto, sem considerar determinantes exteriores ao laboratório, como os sociológicos e ideológicos.

Centrado nos estudos das interações sociais, Doise propõe "um procedimento experimental que *considera* [grifo nosso] as normas e as representações construídas nas relações sociais vividas, e com as quais os sujeitos respondem à situação experimental" (Doise, 1980, p. 272), de modo que a Teoria das Representações Sociais (TRS) passa a ser uma resposta às "críticas do 'vazio experimental', pois se entende que a introdução das Representações Sociais (RS) na situação experimental assegura que o sujeito reaja a uma realidade representada, isto é, uma realidade apropriada e ressignificada pelos *a priori*, pelos sistemas de pensamento pré-existentes e pelos sistemas interpretativos" (Almeida, 2009, p. 732-3). Com a finalidade de articular o *psicológico* e o *sociológico*, Doise sugere que se introduza nos modelos explicativos as variáveis preexistentes na situação experimental, gerando uma obrigatória e progressiva inserção do social na abordagem experimental, via a integração de quatro níveis de análise: intraindividuais; interindividuais e situacionais; intergrupais e posicionais e societal e ideológico (Figura 2).

Figura 2

Os Quatro Níveis de Análise Psicossociais Recomendados por Willem Doise (1980)



Nota: Na Figura foram incluídos os dois mais recentes níveis de análise propostos por Doise & Valentin (2015): o neurológico e o societal.

Skinner (1953, 2003), também, propõe a aplicação dos princípios da análise experimental do comportamento na investigação de fenômenos sociais; isto é, uma extrapolação do simples para o complexo, em que o "comportamento social pode ser definido como o comportamento consiste em duas ou mais pessoas em relação a uma outra, ou em conjunto em relação ao ambiente comum", sendo o comportamento do indivíduo (e sua relação com o ambiente) o que determina o comportamento social (Skinner, 1953, 2003,

p.325). E a *cultura* “um conjunto de *contingências de reforço sobre o qual os membros se comportam* de acordo com procedimentos que mantêm a cultura, capacitam-na de modo a realizar estas mesmas coisas mais eficientemente no futuro” (Skinner, 1953, 2003, p. 38). Os dois conceitos são centrais tanto para o *behaviorismo radical* quanto para a *psicologia social*, pois as duas áreas têm como objeto de estudo a interação social, que envolve a comunicação verbal e/ou não verbal dos indivíduos no grupo, por meio da qual padrões de comportamento são transmitidos de geração a geração (Miranda & Hedler, 2011).

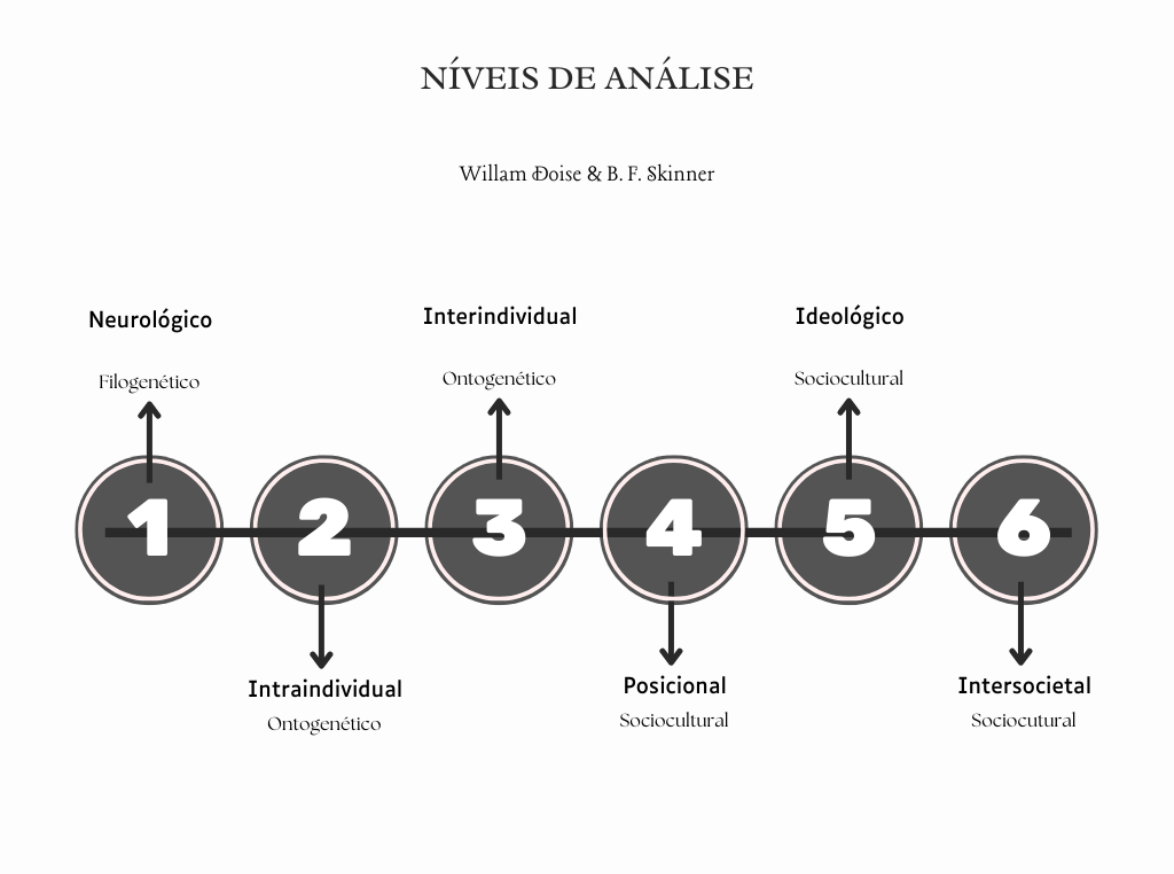
Na tentativa de aproximação entre a *psicologia social* e o *behaviorismo radical*, comparando os níveis de análise de Doise (1980) com os de Skinner (1969, 1980), percebe-se que os dois níveis têm como proposta inicial aproximar a análise experimental da realidade social, por meio da aplicação dos seus princípios na análise do comportamento social. A psicologia social, ao observar que os sistemas individuais de organização são afetados pela participação do indivíduo nas relações intergrupais, em virtude da posição que ocupa no contexto social e da fidelidade com crenças ideológicas e sistemas normativos, amplia o objeto de estudo, do indivíduo (ou organismo) para o coletivo, dos sistemas individuais de organização para os sistemas organizacionais (do micro para o macro), apresentando assim duas abordagens dominantes: a interessada pelos modelos de integração e consistência de informações entre elementos cognitivos e a outra concentrada nas diferentes dinâmicas de interação entre os indivíduos (Doise, 1980).

O behaviorismo radical adota níveis de análise que envolvem a relação (funcional) organismo e ambiente. O filogenético refere-se às *respostas inatas e específicas* da espécie pela interação com o ambiente durante o percurso evolutivo da espécie; o ontogenético ao *desenvolvimento e manutenção de respostas* (mais flexíveis de comportamento) por meio da interação com o ambiente durante o tempo de vida do organismo individual e o sociocultural;

e a seleção cultural à interação com o ambiente durante o tempo de vida de um grupo social (Figura 3).

Figura 3

Níveis de Análise Psicossociais de Willem Doise e Níveis de Seleção por Consequência de Burrhus Frederic Skinner



Nota: A figura apresenta a interface entre os níveis de análise de fenômenos sociais de Doise (1980) e de Skinner (1969, 1980) com a intenção de identificar a semelhança entre os respectivos níveis. Fonte: "Levels of explanation in psychology" de W. Doise, 1980, *European Journal of Social Psychology,* p. 231., e, "Seleção por consequência" de B. F. Skinner, 2007, *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitivista,* p.137.

Considera-se como pontos de convergência do behaviorismo radical e psicologia social os níveis de análise dos fenômenos sociais sugeridos por Doise e Skinner, que surgem como uma sugestão de aproximação da realidade social e articulação indivíduo e coletivo via a extrapolação do simples para o complexo, a adoção de princípios da análise experimental na explicação de fenômenos sociais, cujo grau de complexidade exige a abertura à

perspectiva interdisciplinar. No behaviorismo radical a ampliação da análise do objeto de estudo ocorre por meio do terceiro nível de análise, *sociocultural*, proposto por Skinner (1981, 2007), enquanto na psicologia social, Doise e Valentim (2015) recomendaram dois novos níveis de análise, o neurológico e o intersocietal, com a finalidade de proporcionar uma visão ampla dos fenômenos sociais até então não enfatizados pelos quatro níveis de análise inicialmente propostos por Doise (1980) (Figura 2). A transição do micro para o macro, nesse sentido, envolverá discursos socialmente incorporados que originam e desenvolvem representações sociais, as quais, no que lhe concerne, articulam o nível macro com o micro, pois são percebidas como "projeções de condições sócio estruturais e culturais compartilhadas entre grupos sociais, *que* [grifo nosso] oferecem um passo explicativo intermediário para vincular níveis macro e micro de agregação." (Lopes & Gaskel, 2015, p. 32).

Considerações Finais

Este estudo apresenta uma proposta de aproximação entre a *psicologia social* e o b*ehaviorismo radical*, subdisciplinas da psicologia com perspectivas distintas, mas com aspectos no seu processo evolutivo que permitem escrutar o quanto a articulação entre os seus níveis de análise contribui para a investigação de fenômenos sociais. Esta análise foi feita a partir de dois de seus principais representantes: Willem Doise e B. F. Skinner; o primeiro com os *níveis de análise psicossociais*, e o segundo com os *níveis de análise por consequência*. Constatou-se a aproximação entre a psicologia social e o behaviorismo social inicia na trajetória de ambos os pesquisadores, quando propõem a aplicação de princípios da análise experimental na análise do comportamento social via articulação de níveis de explicação dos fenômenos sociais.

A discussão foi iniciada expondo-se o contexto histórico e os motivos pelos quais surgem a perspectiva *psicológica social sociológica*, as alternativas recomendadas pela psicologia social para articular indivíduo-coletivo, seus principais representantes, a influência dos conflitos sociais após a II Guerra Mundial, os níveis de explicação dos fenômenos sociais e a tentativa de aproximação da análise experimental da realidade social via a utilização dos seus princípios na análise do comportamento social, com o intuito de minimizar conflitos sociais. Com isso, identificou-se as contribuições das teorias evolucionistas tanto no desenvolvimento da psicologia social, como no modo como os behaviorismos, a exemplo do behaviorismo radical, foram estruturados com a contribuição destas — o que se fez perceber que as teorias evolucionistas podem ter sido o primeiro ponto de ligação entre behaviorismo radical e psicologia social.

Em seguida foram apresentados os níveis de análise psicossociais e por consequência de Doise (1980) e Skinner (1981, 2007). A partir da análise comparativa destes níveis, apresentou-se a proposta inicial do primeiro autor em quatro níveis: *intraindividuais, interindividuais, posicional* e *ideológico*, com a inclusão de mais dois: *neurológico* e *intersocietal*, e, no segundo, em três níveis: *filogenético, ontogenético* e *sociocultural*. Identificou-se uma aproximação entre estes níveis, primeiro em relação ao objeto de estudo (fenômenos sociais), segundo na proposta dos autores de extrapolação do simples para o complexo. Foram percebidas nos níveis de análise de Doise (1980) e Skinner (1981/2007) a mudança de ênfase no indivíduo para o coletivo, a articulação indivíduo-coletivo, quando Doise (1980) transita da ênfase nos processos intrapsíquicos para os processos intergrupais e Skinner (1981, 2007), do nível filogenético para o sociocultural, de modo que, os fenômenos sociais deixam de ser analisados do nível micro para o nível macro.

Embora os níveis de análise contribuam para aproximação entre a psicologia social e o behaviorismo radical, estes as distanciam quando neles nota-se diferenças relacionadas ao

modo como as interações sociais são investigadas quanto à posição dos indivíduos nas relações sociais, visto que se na psicologia social, Doise (1980) recomenda o nível de análise intergrupal/posicional, que consiste na análise das diferentes posições ocupadas por indivíduos e categoriais sociais em uma dada estrutura societária, o mesmo não é observado nos estudos não experimentais de práticas culturais da análise do comportamento, tanto naqueles com foco no comportamento dos indivíduos como em produtos agregados (Portela & Ferreira, n.d., sob submissão), em que não há o objetivo de investigar nas contingências entrelaçadas a influência da posição dos indivíduos na seleção por consequência. Por isso, recomenda-se futuras pesquisas entre as quais seja realizado um estudo analítico-descritivo e comparativo do controle na análise do comportamento de Skinner (1981/2007) e o poder estudado pela abordagem societal de Doise (2002) nos processos intergrupais.

Além disso, apresenta-se dois desafios neste estudo: primeiro, identificar o motivo pelo qual é tão importante articular subdisciplinas que a princípio parecem tão distintas por terem como base de construção a oposição, mas cuja articulação é preponderante dentro de uma perspectiva sistêmica e interdisciplinar, em especial, em se tratando do campo de estudo de políticas públicas; segundo, compreender que a articulação entre essas áreas pode auxiliar na avaliação de políticas públicas, ou seja, no que representa deixar de observar um fenômeno social quando se utiliza apenas uma perspectiva disciplinar.

Referências

Alberti, V., & Pereira, A. A. (2006). A defesa das cotas como estratégica política do movimento negro contemporâneo. *Direito & Cidadania, 37,* 143-166. https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2249/1388

Albuquerque, A. R., & Lemos, R. F. (2022). Análise de Contingências em Leis e Documentos: Contribuições de João Cláudio Todorov. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento, 18,* 30-41. http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v18i1.12694

Albuquerque, A. R., Houmanfar, R. A., Freitas-Lemos, R. & Vasconcelos, L. A. (2021). Análise do comportamento da cultura na psicologia brasileira Programa de Pós-Graduação: Uma Revisão de Literatura. *Comportamento e Questões Sociais, 30,* 361-382. 382 https://doi.org/10.1007/s42822-021-00056-0

Almeida, A. M. O. (2009). Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado*, *24*(3), 713-737. https://www.scielo.br/j/se/a/rHhKVKfRWrCyyfqVfrzLX9x/

Al-Nasser, T., Burleigh, K. J., Sánchez, J. G. A., & Houmanfar, R. A. (2019). Metacontingency and Macrocontingency Analysis Related to Honor Crimes in the Hashemite Kingdom of Jordan. *Behavior and Social Issues, 28,* 140-159. https://link.springer.com/article/10.1007/s42822-019-00021-y

Álvaro, J. G., & Garrido, A. (2007). A consolidação da Psicologia Social como disciplina independente. In J. G. Álvaro & A. Garrido (Orgs). *Psicologia Social – perspectivas psicológicas e sociológicas*. (M. C. Fernandes, Trad.). McGraw-Hill. (Obra original publicada em 2006).41-92p.

Amorim, V. C., Tourinho, E. Z., & Cihon, T. M. (2022). Brazilian Public Policies for Assistance to Women in Situations of Violence: Contributions from Culturo-Behavioral Science. *Behavior and Social Issues, 31,* 23-53. https://doi.org/10.1007/s42822-022-00095-1

Araujo, V. M., Melo, C. M., & Haydu, V. B. (2015). Código Penal Brasileiro como Discussão de Prática Cultural: Uma Análise Comportamental de Contingências e Metacontingências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento, 11*(2), 147-156. https://doi.org/10.18542/rebac.v11i2.1943

Assis, J. B. (2007). A Convenção Internacional sobre Todas as Formas de Discriminação Racial e a Gênese da Ação Afirmativa no Brasil. *Repositório Institucional do STJ*, 1-10. https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/STJ-1_8fa5fb4d58b4898de54c2c64745da7b9

Carneiro, P., & Heckman, J. J. (2002). The evidence on credit constraints in post-secondary schooling. *The Economic Journal,* 112, 989-1018. https://www.ucl.ac.uk/~uctppca/credit.pdf

Cozby, P. C. (2003). Estudo do Comportamento. In P. S. C. *Métodos de Pesquisa em Ciências do Comportamento* (pp.81-105). Tradução Paula Inez Cunha Gomide, Emma Otta. Atlas.

Baia, F. H., Martone, R. C., Todorov, J. C., & Souza, E. P. (2013). Estudos experimentais de práticas culturais. In M. B. Moreira (Org.). *Comportamento e Práticas Culturais* (pp. 253-282). Instituto Walden. https://www.academia.edu/37456948/Comportamento_e_Pr%C3%A1ticas_Culturais

Bertalanffy, L. Von. (2010). *Teoria Geral dos Sistemas: Fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Tradução de Francisco M. Guimarães. Vozes. (Obra original publicada em 1901).

Brethower, D. M. (1982). *Behavioral Systems Analysis: Fundamental concepts and cutting-edge applications.* http://www.behavior.org/resources/415.pdf

Cabral, M. D. C., & Todorov, J. C. (2015). Contingências e metacontingências no processo legislativo da

lei sobre a remissão da pena sobre o estudo. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento, 11*(2), 195-202. https://doi.org/10.18542/rebac.v11i2.4013

Caycedo, et al. (2005). Relación entre el género y las experiencias de cortejo y actitudes hacia las relaciones románticas en adolescentes bogotanos. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociais,* 1-21. https://www.researchgate.net/publication/28217045_Relacion_entre_el_genero_y_las_experiencias_de_cortejo_y_actitudes_hacia_las_relaciones_romanticas_en_adolescentes_bogotanos

Cançado, A. C., Barros, F. S., & Barros, F. S. (2021). Políticas Públicas no Brasil: Revisão Sistemática de Literatura. *Revista Observatório, 7*(1), 1-18. http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2021v7n1a14pt

Card, D., & Krueger A. B. (1993). Minimum Wages and Employment: A Case Study of the Fast Food Industry in New Jersey and Pennsylvania. Cambridge, MA: *National Bureau of Economic Research*. https://www.nber.org/system/files/working_papers/w4509/w4509.pdf

Card, D. (1990). The impact of the mariel boatlift on the Miami labor market. *Industrial and Labor Relations Review, 43*(2), 245-257. https://davidcard.berkeley.edu/papers/mariel-impact.pdf

Caws, P. (2015). General Systems Theory: Its Past and Potential. *Systems and Behavioral Science, 32*, 514-521. https://doi.org/10.1002/sres.2353

Chryssochoou, X. (2009). Conversation with William Doise (Treasurer 1975-1978 and President 1978-1981) by Xenia Chryssochoou. *European Bulletin of Social Psychology*. https://www.easp.eu/getmedia.php/_media/easp/201510/67v0-orig.pdf

Carone, I, Guirado, M., Rosemberg, F., & Aquino, J. G. (2009). Igualdade versus diferença: um tema do século. In: J. G. A. (Org.) *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas.* Summus Editorial, p. 171-182.

Carvalho, I. C. V., & Todorov, J. C. (2016). Metacontingências e produtos agregados na lei de diretrizes e bases da educação primeiro o objetivo, depois como chegar lá. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, *12*(2), 75-85. https://doi.org/10.18542/rebac.v12i2.4400

Decreto nº 65.810 (1969, 8 de dezembro). Decreto nº 65.810, de 9 de dezembro de 1969, promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d65810.html

Decreto nº 8.777 (2016, 11 de maio). Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, institui a política de dados abertos do poder executivo geral. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm

Doise, W. (1980). Levels of explanation. *European Journal of Social Psychology, 10,* 213-231. https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ejsp.2420100302#:~:text=Four%20levels%20of%20explanation%20are,general%20beliefs%20(level%204).

Doise, W., Deschamps, J., & Mugny, G. (1996). *Psihologie Sociala Experimentala.* Tradução de Ioana Marasescu e Prefata de Adrian Neculu. (Obra original de 1978). https://vdoc.pub/documents/psihologie-sociala-experimentala-4hg59bisc750

Doise, W. (2002). Da psicologia social para a psicologia societal. *Psicologia: Teoria & Pesquisa*, *18* (1), 027-035. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722002000100004

Doise, W., & Valentim, J. P. (2015). Levels of Analysis in Social Psychology. D. Wright (editor-in-chief), *International Encyclopedia of the social & Behavioral*. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780080970868240324?via%3Dihub

Duflo, E., Banerjee, A., & Kremer, M. (n.d.) Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (J-PAL). Randomized Controlled Trials, *Development Economics and Policy Making in Developing* Countries. https://thedocs.worldbank.org/en/doc/394531465569503682-0050022016/original/EstherDufloPRESENTATION.pdf

Driessnack, M., Sousa, V. D., & Mendes, I. A. C. (2007). Revisão dos desenhos de pesquisa relevantes para enfermagem: Part 2: Desenhos de pesquisa qualitativa. *Revista Latino-Americana de Enfermagem, 15*(4). https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000400025

Ellis, J., & Magee, S. (2007). Contingencies, macrocontingencies, and metacontingencies in current

educational practices: o child left behind? *Behavior and Social Issues, 16*, 5-26. https://doi.org/10.5210/bsi.v16i1.361

Euzébio, C., Soares, D., & Soares, T. (2021). Reflexão crítica sobre estudos quase-experimentais. In A. Moreira, P. Sá & A. P. Costa. *Reflexões em torno de metodologias de investigação,* (pp.81-92). https://www.researchgate.net/publication/349831240_Reflexao_Critica_sobre_estudos_Quasi-Experimentais

Fava, V. M. D., & Vasconcelos, L. A. (2017). Behavior of Programa Bolsa Família Beneficiaries: A Behavior Analytic Perspective on Fulfillment of Education and Health Conditionalities. *Behavior and Social Issues, 26,* 156-171. https://doi.org/10.5210/bsi.v26i0.7825

Fernandes, D. M. (2022). Estado, Políticas Públicas e Análise do Comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 24,* 1-21. https://dx.doi.org/1031505/rbtcc.v24i1.1629

Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26*(especial), 51-64. https://www.scielo.br/j/ptp/a/q35bD9r4HyTpLMhyH5CpTcP/?format=pdf

Figueiredo, L. E. (2013). Direito à Saúde, Análise do Comportamento e Planejamento Cultural: a efetivação da atenção básica como porta de entrada preferencial do SUS. *Cadernos Iberoamericano de Direito Sanitário, 7*(1), 559-577. https://doi.org/10.17566/ciads.v2i2.105

Fonseca, F. N., & Vasconcelos, L. A. (2013). Práticas culturais em campanhas políticas online – uma análise da campanha presidencial brasileira de 2010 via twitter. *Acta Comportamentalia, 21*(3), 341-357. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-81452013000300005

Fontes, C. B. (2018). O sonho do jaleco branco: Ações afirmativas e os discursos de estudantes e professores de medicina da Universidade Federal de Sergipe. (Dissertação de mestrado em Sociologia – Universidade Federal de Sergipe - UFS. Sergipe). https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9249/2/BARUC_CORREIA_FONTES.pdf

Glenn, S. S. (1986). Metacontingências In Walden Two. *Behavior Analysis and Social Action, 5*(1e2), 1-7. https://www.researchgate.net/publication/249008523_Metacontingencies_in_Walden_Two

Glenn, S. S. (2004). Individual behavior, culture, and social change. *The Behavior Analyst, 27*(2), 133-151. https://doi.org/10.1007/BF03393175

Gomes, H. C. R., & Costa, N. (2014). Violência contra a mulher: uma pesquisa empírica sobre regras descritivas comuns na sociedade occidental. *Acta Comportamentalia, 22,* 89-

Hasenbalg, C. (2005). Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Tradução Patrick Burglin. 2ed. Editora UFMG.

Houmanfar, R., & Ward, T. (2012). An Interdisciplinary Account of Martyrdom as a Religious Practice. *Revista Latinoamericana de Psicologia, 44*(1), 65-75. https://www.redalyc.org/pdf/805/80524017007.pdf

Houmanfar, R., Rodrigues, N. J., & Ward, T. A. (2010). Emergence and Metacontingency: Points of contact and departure. *Behavior and Social Issues, 19,* 78-103. https://doi.org/ 10.5210/bsi.v19i0.3065.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2024). Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2022 [recurso eletrônico]. Brasília – DF. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). Censo Demográfico 2022 – Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3105/cd_2022_etnico_racial.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2019). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-

noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). Tabelas por Unidade da Federação – atualizado em 17/08/2018 às 15 horas, devido à incorreção do nome de um indicador presente no quadro sintético de subutilização. https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=22193&t=resultados

Keltner, D., Gruenfeld, D., Galinsk, A., & Kraus, M. W. (2010). Paradoxes of Power: Dynamics of the Acquisition, Experience, and Social Regulation of Social Power. In A. Guinote & T. Vescio (Eds.). *The social psychology of power*. Guiford Press. https://www.researchgate.net/publication/285079447_Paradoxes_of_power_Dynamics_of_the_acquisition_experience_and_social_regulation_of_social_power

Lane, S. T. M., & Codo, W. (Orgs.). (1984). *Psicologia Social – O homem em movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Lei n.º 14.723 (2023, 13 de novembro). Lei n.º 12.723, de 13 de novembro de 2023, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio de estudantes negros, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm

Lei nº 12.990 (2014, 9 de junho). Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014), reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito de administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Presidência da República – Casa Civil –

Subchefia para assuntos jurídicos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm

Lei nº 12.711 (2012, 29 de agosto). Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm

Lei nº 12.288 (2010, 20 de julho). Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010), institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro, de 2003. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm

Lei nº 10.639 (2003, 9 de janeiro). Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003), altera a Lei nº 10.639, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm

Lima, L. L., D'Ascenzi, L., Lui, L., & Aguiar, R. B. (2021). Políticas públicas e desenvolvimento: uma proposta de modelo de análise. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.13, e20210048. https://doi.org/10.1590/21753369.013.e20210048

Lourencetti, L. A., & Carrara, K. (2017). Descrição e análise de prescrições comportamentais em legislações referentes ao planejamento urbano brasileiro. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *8*(2), 159-179. https://doi.org/10.18761/pac.2016.031

Macedo, R. M., & Ckagnazaroff, I. B. (2018). Neo-Institucionalismo: Discussão acerca da teoria e suas vertentes. *Revista da Universidade Vale do Rio Doce, 16*(1), 2236-5362. https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/53533/2/NEO-INSTITUCIONALISMO_%20%20DISCUSS%c3%83O%20ACERCA%20DA%20TEORIA%20E%20%20SUAS%20VERTENTES.pdf

Machado, V. Lé S. (2007). *O comportamento do brasiliense na faixa de pedestre: Exemplo de uma intervenção cultural.* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília – Instituto de Psicologia]. https://repositorio.unb.br/handle/10482/3512

Mallot, M. E., & Martinez, W. E. (2006). Addressing organizational complexity: A behavioraul systems analysis application to higher education. *International Journal of Psychology, 41* (6), 559-570. http://dx.doi.org/10.1080/00207590500492773

Malott, M. E. (2003). *Paradox of organizational change: Engineering organizations with behavioral sys- tems analysis*. New Harbinger.

Mallot, M. E., & Glenn, S. S. (2019). Integrating Institutional and Culturo-Behavioral Analyses in the Management of Common Pool Resources: Application to an Inland Lake in Michiga. *Behavior Social Issues, 28*, 248-268. https://doi.org/10.1007/s42822-019-0004-x

March, J. G., & Olsen, J. P. (2008). Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. *Revista Sociologia Política, 16*(31), 121-142. https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000200010

Martins, J. C. T., & Lustosa Leite, F. (2016). Metacontingências e Macrocontingências: Revisão de pesquisas experimentais brasileiras. *Acta Comportamentalia, v.24* (4), 453-469. https://www.researchgate.net/publication/318541831_Metacontingencias_e_Macroco

ntingencias_Revisao_de_pesquisas_experimentais_brasileiras_1_Metacontingencies_and_Macrocontingencies_A_review_of_the_Brazilian_experimental_research

Martone, R. C., & Todorov, J. C. (2007). O desenvolvimento do conceito de metacontingência. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento,* 3(2), 181-190. https://www.researchgate.net/publication/230669563_O_desenvolvimento_do_conceito_de_metacontingencia

Mattaini, M. A. (2020). Cultural Systems Analysis: An Emerging Science. In T. M. Cihon. *Behavioral Science Perspectives on Culture and Community*. (pp. 43-65). Association for Behavior Analysis International. https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-45421-0

Mead, G. H. (1972). *Mind, Self, and Society – From the standpoint of a social behaviorist.* The University of Chicago Press. (Obra original publicada em 1934). https://pt.b-ok.lat/book/914145/cba3d5

Medrado Mizael, T., & Rose, J. C. (2017). Análise do comportamento e preconceito racial: Possibilidade de interpretação e desafios. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis Del Comportamiento, 25,* n. http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/61632

Ministério da Educação (2024). *Programa Universidade Para Todos (PROUNI).* https://acessounico.mec.gov.br/prouni

Miranda, L. D. (2021). Do movimento negro à escola pública: como as ações afirmativas foram pensadas pelos parlamentares do Congresso Nacional. *O Social em Questão, 24* (50), 83-106. https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552266675019

Miranda, O. R., & Hedler, H. C. (2011). Cultura, valores humanos e comunicação nas relações intergrupais. In C. V. Torres & E. R. Neiva. *Psicologia Social: Principais Temas e Vertentes* (pp. 340-355). Artmed Editora S. A.

Moore, J. (2017). Seleção Comportamental Por Consequência. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento, 13*(2), 48-56. https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/5905/4784

Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse son imagem et son public.* Presses Universitaires de France. (Obra Original publicada em 1961). https://pt.b-ok.lat/book/7703515/389e80

Moscovici, S., & Doise, W. (1992). À quoi servent les groupes? In S. Moscovici & W. Doise. *Dissensions et consensus. Une théorie générale des décisions collectives* (pp.38-73). https://www.psychaanalyse.com/pdf/dissensions_consensus_une_theorie_generale_des_decisions_collectives.pdf

Moscovici, S. (2011). *Psicologia das minorias ativas*. Tradução do grupo de leitura "Ideologia, Comunicação e Representações Sociais "; responsável Pedrinho A. Guareschi. Vozes.

Munanga, K. (2022). O mundo e a diversidade: questões em debate. *Estudos Avançados, 36*(105), 117-129. https://www.scielo.br/j/ea/a/7dxnhTYxMskypKpS6FcW98L/

Neto, M. B. C., & Melo, L. G. N. S. (2002). Análise do Comportamento: Behaviorismo Radical, análise experimental do comportamental e análise aplicada do comportamento. *Interação em Psicologia, 6(1),* 13-18. https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3188

Neves, A. J. (2017). Uma interpretação analítico-comportamental de aspectos culturais e simbólicos da fogueira de São João. *Perspectivas em análise do comportamento, 8,* 79-96. https://doi.org/10.18761/pac.2016.035

Novoa-Gómez, M. M., Barreto, I., & Silva, L. M. (2011). Consumo de cigarrillo y practicas culturales en contextos universitarios. *Revista Latinoamericana de Psicologia, 44*(1), 97-110. http://www.scielo.org.co/pdf/rlps/v44n1/v44n1a10.pdf

Oliveira, R., Santos, A., & Severnini, E. R. (2023). Bridging the gap: Mismatch effects and catchu-up dynamics in a brazilian college affirmative action. *National Bureau of Economic Research*, 1-73. https://www.nber.org/system/files/working_papers/w31403/w31403.pdf

Overbeck, J. R. (2010). Concepts and historical perspectives on power. In: A. Guinote, A., & T. K. Vescio. (Eds.). *The social psychology of power.* Springe Street. https://www.amazon.com/Social-Psychology-Power-Ana-Guinote/dp/1606236199

Organização das Nações Unidas. (1965, dezembro 21). *Eliminação sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial.* https://www.oas.org/dil/port/1965%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Todas%20as%20Formas%20de%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial.%20Adoptada%20e%20aberta%20%C3%A0%20assinatura%20e%20ratifica%C3%A7%C3%A3o%20por%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20Assembleia%20Geral%202106%20(XX)%20de%2021%20de%20dezembro%20de%201965.pdf

Piaget, J. (1977). The Moral Judgment of the Child. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co. Ltd. (Obra Original de 1932). https://archive.org/details/moraljudgmentoft005613mbp/page/n21/mode/2up

Piaget, J. (1983). *Estudios Sociológicos.* Barcelona: Talleres Gráficos DUPLEX, S. A. (Obra original publicada em 1965). http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/fetch/74221694/120919132-Estudios-Sociologicos.pdf

Portela, V., Lima, M. E. O., & Silva, P. da. (2019). A norma de responsabilidade social e a discriminação da mulher negra no setor industrial. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, *22*(1), 29-47. https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i1p29-47

Portela, V., & Ferreira, D. S. (n.d., sob submissão). Práticas culturais: Revisão de Pesquisas Não Experimentais. In *Uma análise comportamental da lei de proteção e promoção à igualdade material e neutralização da discriminação racial no ensino superior*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Sergipe, SE. Brasil.

Rakos, R. F. (1991). Perestroika, Glasnost, and International Cooperation: A Behavior Analysis. *Behavior and Social Issues,* 91-100. https://link.springer.com/content/pdf/10.5210/bsi.v1i1.191.pdf

Rakos, R. F. (1993). Propaganda as Stimulus Control: The Case of the Iraqui Invasion of Kuwati. *Behavior and Social Issues, 3*(1), 35-62. https://link.springer.com/content/pdf/10.5210%2Fbsi.v3i1.198.pdf

Rua, M. G. (2014). Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: M. G. Rua. *Políticas Públicas* (pp. 10-59). Departamento de Ciências da Administração/UFSC. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401317/1/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GP%20-%20Politicas%20Publicas%20-%203ed%202014%20-%20GRAFICA%20atualizado.pdf

Rios Petrarca, F. (2017). De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900). *Revista Brasileira de História, 37*(74), 89-112. https://www.redalyc.org/pdf/263/26350698005.pdf

Sacco, A. M., de Paula Couto, M. C. P., & Koller, S. H. (2016). Revisão Sistemática de Estudos da Psicologia Brasileira sobre Preconceito Racial. *Temas em Psicologia*, *24,* 233-250. https://www.redalyc.org/pdf/5137/513754276012.pdf

Saini, V., & Vence, H. (2020). Systemic Racism and Cultural Selection: A Preliminary Analysis of Metacontingencies. *Behavior and Social Issues, 29,* 52-63. https://brocku.ca/behaviour-science-lab/wp-content/uploads/sites/231/Saini-Vance-2020-BSI.pdf

Sampaio, A. S., Andery, M. A. P. A., & Baia, F. (2013). Quase-experimentos ou experimentos naturais no estudo da cultura. In M. B. Moreira (Org.). *Comportamento e Práticas Culturais* (pp. 228-252). Instituto Walden 4. https://www.researchgate.net/publication/259623825_Quase-experimentos_ou_experimentos_naturais_no_estudo_da_cultura

Santos, A.M. (2006). Os primórdios de uma disciplina - curso e percurso. In J. Vala, M. B. Monteiro (Coords.). *Psicologia Social* (4ed., pp. 14-30). Fundação Calouste Gulbenkian.

Schucman, L. V. (2020). Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. Annablume.

Setton, M. G. J. (2021). Estudos sobre as elites uma leitura da produção em periódicos – 1998-2017. *Pro-Proposições*, *32*, 1-37. https://doi.org/10.1590/1980-6248-2018-0070

Shoemaker, P.J., & Reese, S. D. (1991). *Mediating the message: Theories of influences on mass media content*. Longman. https://journalism.utexas.edu/sites/default/files/sites/journalism.utexas.edu/files/attachments/reese/mediating-the-message.pdf

Sigh, N. U., Sinha, P. K., Paul, P., Kumar, B., & Roy, A. (Orgs.). (2020). Manual on advanced research methodology for the social siences. Umiam, Meghalaya: ICAR-RC-NEHR. https://www.researchgate.net/publication/342380548_Randomized_Control_Trials_for_Social_Science_Research

Simon, H. A. (1986). *Decision Making and Problem Solving.* 1986. https://dieoff.com/page163.htm

Schmidt, R., & Stenger, K. (2021). Behavioral brittleness: the case for strategic behavioral public policy. *Behavioral Public Policy*, 1-26. doi:10.1017/bpp.2021.16

Skinner, B. F. (2007). Seleção por consequências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitivista*, 9(1), 129-137. (Obra original publicada em 1981). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452007000100010

Skinner, B. F. (2005). *Walden Two*. Hackett Publish Company. (Obra original publicada em 1948). https://b-ok.lat/book/541025/3f478d

Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano*. (J. C. Todorov e R. Azzi, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1953). https://www.academia.edu/38854638/SKINNER_B_F_Ci%C3%AAncia_e_comportamento_humano

Skinner, B. F. (1980). *Contingências do reforço: Uma Análise Teórica. Coleção Os Pensadores.* (R. Moreno, Trad.). Abril Cultural. (Obra original publicada em 1969). https://doceru.com/doc/xsev15x

Souza, C. M. (2003). "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51). https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100003

Stein, M. (2020). Affirmative action policies increased minority enrollment at Brazilian universities. *PhysOrg.* https://www.eurekalert.org/pub_releases/2020-01/uoic-aap010820.php

Todorov, J. C. (1987). A constituição como metacontingência. *Psicologia, Ciência e Profissão, 7*(1), 1-5. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931987000100003

Todorov, J. C., Martone, R. C., & Moreira, M. B. (Orgs.). (2004). *Metacontingência: comportamento, cultura e sociedade.* ESE Tec Editores Associados.

https://www.researchgate.net/publication/319911137_Metacontingencia_-_comportamento_cultura_e_sociedade

Todorov, J. C., Moreira, M., Prudêncio, M. R. A., & Pereira, G. C. C. (2005). Um estudo de contingências e metacontingências no Estatuto da Criança e do Adolescente. In J. C. Todorov, R. C. Martone & M. B. Moreira (Orgs.), *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade* (pp. 45-54). ESETec. https://www.academia.edu/34608936/Metaconting%C3%AAncia_comportamento_cultura_e_sociedade_pdf

Torres, A. R. R. & Camino, L. (2011). Origens e desenvolvimento da Psicologia Social. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Orgs). *Psicologia Social: Temas e Teorias* (pp. 31-109). Technopolitik. http://www.technopolitik.com.br/downloads/files/PSI-SOCIAL_ed2R.pdf

Valderrama, B. P. B., Novoa-Gómez, M. M., & Sacipa-Rodríguez, S. (2009). Prácticas culturales de paz en jóvenes adscritos y nos adscritos a la Red de Jóvenes por la Paz. *Universitas Psychologica*, *8*(3), 683-702. https://www.researchgate.net/publication/277997008_Practicas_culturales_de_paz_en_jovenes_adscritos_y_no_adscritos_a_la_Red_de_Jovenes_por_la_Paz

Valentim, J. P., Forte, T. & Figueiredo, A. (2013). Psychosocial explanations in research articles in Psychology: the Portuguese case and comments to Torres & Neves. *Estudos de Psicologia*, *18*(1), 13-16. https://www.scielo.br/j/epsic/a/S5JVd9DDQHBNxxmRzTxptcD/?lang=en&format=pdf

Ward, T. A. (2009). Piracy in Somalia: Interbehavioral Assessment and Intervention. *Behavior Social Issues, 18,* 136-154. https://link.springer.com/article/10.5210/bsi.v18i1.2497

Watson, J. B. (1913). Psychology as the behaviorist views it John B. Watson. *Psychological Review, 20,* 158-177. https://www.ufrgs.br/psicoeduc/chasqueweb/edu01011/behaviorist-watson.pdf

Weber, M. (1953). Sociologia da Dominação. In M. Weber. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva* (p?). Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Editora da Universidade de Brasília. (Obra original publicada em 1917).